

**UNIVERSIDAD POLITÉCNICA SALESIANA
UNIDAD DE ESTUDIOS DE POSGRADO**

MAGISTER EN EDUCACION CON MENCIÓN EN GESTIÓN EDUCATIVA

**ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA
DOS JOVENS E ADULTOS DO COLÉGIO ESTADUAL BENTA PEREIRA
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ, BRASIL
À LUZ DA PEDAGOGIA SALESIANA.**

Elaborado por:

Maria de Fátima Fernandes Coelho

Dirigido por:

Orientador: Dr^a. Miriam Bernarda Gallego Condoy

Co - Orientador: Dr^a. Sonia Martins de Almeida Nogueira

Quito - Equador

2011

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES COELHO

**ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA
DOS JOVENS E ADULTOS DO COLÉGIO ESTADUAL BENTA PEREIRA
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ, BRASIL
À LUZ DA PEDAGOGIA SALESIANA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação com menção em Gestão Educativa da Universidade Politécnica Salesiana, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr^a. Miriam Bernarda Gallego Condoy (Doutora em Pastoral Juvenil)

Co-Orientador: Dr^a. Sonia Martins de Almeida Nogueira (Doutora em Educação)

Quito - Equador

2011

Coelho, Maria de Fátima Fernandes.

Análise da experiência educativa dos jovens e adultos do Colégio Estadual Benta Pereira em Campos dos Goytacazes / RJ, Brasil à luz da Pedagogia Salesiana / Maria de Fátima Fernandes Coelho. 2011

Dissertação (mestrado) Universidade Politécnica Salesiana, 2011.
Orientação: Miriam Bernarda Gallego Condoy

1. Educação de Jovens e Adultos; 2. Pedagogia Salesiana;
3. Formação dos jovens e adultos para o trabalho. Gallego Condoy, Miriam Bernarda, orient. II.



Dissertação de autoria de Maria de Fátima Fernandes Coelho, intitulada “Análise da experiência educativa dos jovens e adultos do Colégio Estadual Benta Pereira em Campos dos Goytacazes / RJ, Brasil à luz da Pedagogia Salesiana”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, com menção em Gestão Educativa da Universidade Politécnica Salesiana, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof. Dr^a. Miriam Bernarda Gallego Condoy
Orientador
Programa de Pós-Graduação em Educação - UPS

Prof. Dr^a. Sonia Martins de Almeida Nogueira
Co-Orientador
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF

Prof. Dr. Luis Montaluisa Chasiquiza
Delegado de Tese
Programa de Pós-Graduação em Educação - UPS

Quito - Equador

2011

Aos meus pais, Manuel e Maria Fernanda,
que acreditam na educação como a grande
herança para seus filhos. Eles sempre me
encorajam a seguir em frente com fé, respeito e
honestidade.
Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Sei que foi uma longa caminhada, com desafios e lutas que me possibilitaram muita aprendizagem: cognitiva e humana. Foi um período de dedicação ao estudo, à pesquisa e ao olhar a educação com olhos de busca por conhecer. Apesar do cansaço, venci. Agora é momento de agradecer.

A Deus que sempre me ilumina e me guia, sendo luz em meu caminho e força para continuar em busca de meus sonhos com dignidade.

À professora Dr^a Sonia Martins de Almeida Nogueira, amiga e co-orientadora, meu agradecimento por sua orientação e pelo tempo que, generosamente, a mim e a esse estudo se dedicou. Durante estes anos de convivência você colaborou para o meu enriquecimento acadêmico, sua presença foi incentivo e coragem nos momentos de dificuldades, estimulando a seguir em frente. Sua dedicação e competência colaboraram para a conclusão desta etapa. A professora Dr^a Miriam Bernarda Gallego Condoiy pela orientação, atenção e cuidado dispensados para realização deste trabalho.

Sou profundamente grata a minha família pelo incentivo e apoio ao longo desses anos. Aos meus pais agradeço pela vida, pela formação, estímulo e pelo carinho em todos os momentos. Minhas irmãs que tanto me estimularam para que não desistisse. Mas em especial a minha irmã Suely, pela disponibilidade e atenção carinhosa, pelos longos momentos de diálogos e discussões sobre nossos jovens e adultos.

A Sebastião Amaro, pelo amor, paciência, compreensão e companheirismo, sempre me ajudando e fortalecendo com sua presença amiga no enfrentamento dos desafios, mesmo nos momentos de ausência.

Ao Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora, na pessoa da Ir. Suraya Benjamin Chaloub, pela oportunidade de crescimento profissional e confiança.

À Beatriz Barbosa Diniz Nogueira, diretora do Colégio Estadual Benta Pereira pela abertura do espaço de pesquisa e estudo. Aos coordenadores e professores pela colaboração na pesquisa.

Aos alunos da Educação Jovens e Adultos para os quais esse estudo se dirige. A eles minha admiração e agradecimento especial.

À Universidade Politécnica Salesiana ao corpo docente e ao Diretor do programa de Pós- Graduação Holger Diaz pelos saberes adquiridos que tanto me enriqueceram e pelo apoio dedicado para realização deste Mestrado.

Por fim, a todos que de alguma forma incentivaram para que eu chegasse à conclusão deste trabalho. A todos(as), meu muito obrigada!

Educar, como se disse, é ajudar cada um a ser plenamente pessoa através do emergir da consciência, do desenvolvimento da inteligência, da compreensão do próprio destino. Ao redor desse enlace reúnem-se os problemas e se confrontam as diversas concepções de educação.

Pascual Chávez Villanueva

RESUMO

O presente estudo se propôs a analisar a experiência educativa dos jovens e adultos do Colégio Estadual Benta Pereira em Campos dos Goytacazes / RJ, Brasil à luz da Pedagogia Salesiana. Inicialmente, retomou-se ao histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir de 1930 com ênfase para as diretrizes políticas orientadoras dessa modalidade de ensino. Em seguida, buscou-se apresentar o perfil dos alunos da EJA. Ao abordar o direito à educação e preparação para o trabalho, bem como os princípios norteadores da Pedagogia Salesiana buscou-se, por meio da comparação com os marcos legais da EJA, verificar se o enfoque humanista presente no primeiro também foi considerado pela legislação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sendo realizada um estudo de caso. Pesquisa bibliográfica, questionários e entrevistas foram os instrumentos utilizados neste estudo. A pesquisa alicerçou-se nas categorias: direito à educação; formação para o trabalho e princípios da Pedagogia Salesiana. A partir da investigação, os resultados apontaram para a propositura do desenvolvimento de ações de melhoramento da ação educativa e de gestão educacional à luz daquela Pedagogia, que inclua o desenvolvimento pedagógico-metodológico com viés humanista e promoção de oportunidades efetivas de formação profissional no binômio trabalho e cidadania.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; Pedagogia Salesiana; Formação dos jovens e adultos para o trabalho.

ABSTRACT

This study is due to analyze the educational experience among youngs and adults from *Benta Pereira* State School in the city of Campos dos Goytacazes / RJ, Brazil in light of the *Salesian* Pedagogy. First it has been resumed the history of Youngs and Adults Education Program (*EJA*) from 1930 emphasizing the political orientation guidelines from this way of teaching. Then we presented the *EJA* students profile. Addressing the right to education and preparation for work, as well as the principles of the *Salesian* Pedagogy we aimed, by comparing with the legal frameworks of adult education (*EJA*), verify if the humanistic approach was also present in the first considered by the legislation. It is a qualitative research being conducted a case study. Bibliographical research, questionnaires and interviews were the instruments used in this study. The research roots are the following categories: A pesquisa alicerçou-se nas categorias: right to education, job training and *Salesian* Pedagogy principles. From this investigation, the results pointed to develop actions to improve the educational activities and educational management in the light of that pedagogy, which includes the pedagogical and methodological development with a humanist bias with humanistic and effective opportunities to promote training work in the binomial and citizenship.

Key-words: Youngs and Adults Education; *Salesian* Pedagogy; Youngs and Adults Job Training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabelas

Tabela1: Estado do Rio de Janeiro: Número de matrículas na educação de jovens e adultos nos cursos presenciais e semipresenciais de Ensino Fundamental e Médio, segundo a dependência administrativa – 2006 a 2008	57
Tabela 2: Quantitativos de alunos no Colégio Estadual Benta Pereira em 2010.....	59

Gráficos

Gráfico 1: Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA por Sexo.....	61
Gráfico 2: Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA por faixa etária	62
Gráfico 3: Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA que exercem Atividade Remunerada	62
Gráfico 4: Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA no índice de abandono escolar	63
Gráfico 5: Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA por tempo de abandono escolar.....	63
Gráfico 6: Motivo do abandono escolar	64
Gráfico 7: Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA que reingressaram a escola, segundo suas expectativas.	64
Gráfico 8: Escolha pela modalidade EJA.....	65
Gráfico 9: Expectativas da modalidade EJA.....	65
Gráfico 10: Expectativas após o término do curso	66
Gráfico 11: Caracterização da modalidade EJA, de acordo com os alunos respondentes.....	75

Quadros

Quadro 1: Enfoque da Pesquisa.....	67
Quadro 2: Princípios da Proposta Pedagógica Salesiana e Princípios da Educação de Jovens e Adultos	73
Quadro 3: Propostas de ações para elevação da autoestima dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos do Colégio Estadual Benta Pereira.....	84
Quadro 4: Demonstrativo das Propostas de Melhoramento para os alunos.....	86

Quadro 5: Critérios para a avaliação das propostas direcionadas aos alunos.....	87
Quadro 6: Demonstrativo das Propostas de Melhoramento para o professor.....	91
Quadro 7: Critérios para a avaliação das propostas direcionadas aos professores.....	91
Quadro 8: Demonstrativo das Propostas de Melhoramento que envolve a gestão.....	94
Quadro 9: Critérios para a avaliação das propostas direcionadas a gestão.....	95

LISTA DE SIGLAS

CEB - Câmara de Educação Básica
CEE – Conselho Estadual de Educação
CES - Centro de Estudos Supletivos
CF – Constituição da República Federativa do Brasil
CNAED - Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Assistemática
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNEA - Campanha Nacional do Analfabetismo
CONFINTEA- Conferência Internacional de Educação de Adultos
EDUCAR - Fundação Nacional para *Educação* de Jovens e Adultos
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IF Fluminense - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
NACES - Núcleos Avançados dos Centros de Estudos Supletivos
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE - Plano Nacional de Educação
PROEJA – Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROEJA-FIC - Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e às Pequenas Empresas
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEE/RJ- Secretaria Estadual de Educação do estado do Rio de Janeiro

SEEDUC / RJ - Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETEC - Secretaria de Educação profissional e Tecnológica

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	22
1.1. Histórico da Educação de Jovens e Adultos a partir de 1930	22
1.2. Diretrizes Políticas Orientadoras da Educação de Jovens e Adultos	29
1.3. Quem é o aluno da Educação Jovens e Adultos?.....	36
 CAPÍTULO II. O DIREITO À EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E OS PRINCÍPIOS DA PEDAGOGIA SALESIANA.....	 39
2.1. Pedagogia Salesiana: pressupostos e marcos de milha.....	42
2.2. Princípios Norteadores da Pedagogia Salesiana	45
2.3. A relação entre a Pedagogia Salesiana e a Educação de Jovens e Adultos	53
 CAPÍTULO III. EXPERIÊNCIA DOS JOVENS E ADULTOS NO COLÉGIO ESTADUAL BENTA PEREIRA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ, BRASIL. 56	 56
3.1. Histórico do Colégio Estadual Benta Pereira em Campos dos Goytacazes / RJ , Brasil	58
3.1.1. Característica da comunidade escolar	60
3.2. Perfil dos Alunos da Educação Jovens e Adultos do Colégio Estadual Benta Pereira	61
3.3. Metodologia e resultados	66
3.4. Sobre o direito à educação, formação para o trabalho a partir dos princípios da Pedagogia Salesiana	70
 CAPÍTULO IV. PROPOSTA DE MELHORAMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA À LUZ DA PEDAGOGIA SALESIANA	 77
4.1. Proposta de ações de melhoramento direcionadas ao aluno.....	78
4.1.1 Especificação da Proposta.....	83
a. Resgatar a autoestima dos jovens e adultos	83
b. Ações de inclusão que promovam o diálogo	84
c. Formação profissional que garanta a permanência do jovem e adulto no trabalho.....	85
4.2. Proposta de ações de melhoramento direcionadas ao professor	88

4.2.1	Especificação da Proposta.....	90
a.	Inovação em suas metodologias e usos de material didático.....	90
b.	. Capacitação e formação continuada do professor.....	90
4.3.	Proposta de ações de melhoramento direcionadas à gestão.....	92
4.3.1	Especificação da Proposta.....	93
V.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
VI.	REFERÊNCIAS	99
 ANEXO		
	Anexo 1 – Planilha da Coordenadoria Regional do Norte Fluminense I – Quantitativo de alunos – 2010	103
	Anexo 2 - Roteiro de Entrevista para os Gestores – Direção e Coordenador Pedagógico	105
	Anexo 3 - Roteiro de Entrevista para os professores	107
	Anexo 4 - Questionário para os alunos da Educação de Jovens e adultos.....	109

INTRODUÇÃO

O homem é um ser que vive em sociedade e tem a educação como meio de seu desenvolvimento. Sendo assim, ela é intrínseca à sociedade humana. Segundo Saviani (2008), a forma como o homem produz sua existência está relacionada ao modo como se dá essa produção, o que define o tipo de sociedade. É pela educação que o homem ressignifica sua existência, portanto, nenhum homem pode estar à margem do processo educacional.

Numa sociedade em que as mudanças ocorrem em vertiginoso crescimento e complexidade, dado o grande avanço científico e tecnológico próprio dos tempos atuais, as transformações que ocorrem nas instituições e organizações, nas relações de trabalho e nos comportamentos e que caracterizam a emergência da sociedade pós-industrial, do conhecimento e dos serviços, levantam para a sociedade humana desafios, riscos e incertezas inusitados, que demandam formas novas de pensar e agir.

Neste cenário, está um grande número de jovens e adultos que não puderam ou não tiveram oportunidade de estudar na idade adequada ou que, por razões várias, foram levados a abandonar a escola. No entanto, nesta sociedade, a escola possui um valor social incontestável. Uma pessoa que foi privada de seu direito de frequentar os bancos escolares, em idade própria, é vítima de uma forma de exclusão que tem sua origem nas condições sócio culturais produzidas por aqueles considerados detentores do conhecimento hegemônico¹. Eles são vítimas: (i) do grupo da mesma idade, já que ele retorna tardiamente aos bancos escolares em razão de ter sido deles afastado pela evasão produzida, na maioria das vezes, pelo fracasso escolar e (ii) da exclusão do mundo do trabalho, por não possuir a qualificação necessária para o desempenho das funções exigidas num mundo cada vez mais tecnologizado.

Os dados² da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) apontam para uma triste realidade: o analfabetismo está presente em 10% da população com 15 anos ou mais no país, somando 14,2 milhões de brasileiros. Destes, 95% têm 25 anos ou mais, um contingente de 13,5 milhões de pessoas. Dentre aqueles com mais de 15 anos, 21% possuem menos de quatro anos de estudos, o que representa 30 milhões de brasileiros.

Estamos falando do adulto trabalhador que, em geral, encontra-se em situação de desemprego, ou de emprego informal, lutando pela garantia de sua sobrevivência. Este, ao

¹ Conhecimento hegemônico – capital dominante

² Dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br> [Consulta: 25 de setembro 2009]

incorporar-se à Educação de Jovens e Adultos³ (EJA) tem por objetivo, na maioria das vezes, concluir etapas de sua escolaridade para buscar melhores ofertas no mundo de trabalho.

Estes adultos buscam, por meio da EJA, recuperar o tempo perdido, acreditando ser o caminho para a obtenção de sua certificação e, conseqüentemente, ingresso no mundo do trabalho e participação efetiva na vida social. Eles acreditam que, por meio do estudo e da qualificação para o trabalho, poderão melhorar suas condições de vida.

No entanto, os cursos disponíveis e de mais fácil acesso nem sempre apresentam a qualidade necessária para que as defasagens educativas sejam plenamente atendidas e base sólida de conhecimentos sejam construídos de modo que este jovem e adulto possa permanecer na formação continuada e obter as competências exigidas para o trabalho e para a qualidade social de vida. Além dos saberes científicos, a formação de base humanista se coloca como indispensáveis para seu desenvolvimento no trabalho e na vida social

Ao buscar compreender em que bases pedagógicas são construídos os currículos para a EJA, e se estes se pautam em valores humanísticos que considerem algum dos princípios da Pedagogia Salesiana, é que surge a principal questão do estudo que instiga a presente pesquisa: que princípios salesianos podem ser encontrados no traçado pedagógico para a formação do jovem e adulto trabalhador da EJA no Colégio Estadual Benta Pereira? No intuito de buscar respostas, foram traçados objetivos gerais e específicos direcionados a analisar a experiência educativa dos jovens e adultos do Colégio Estadual Benta Pereira, espaço geossocial em que a pesquisa se desenvolveu, para elaborar uma proposta de melhoria de qualidade do ensino de jovens e adultos naquela instituição a partir da pedagogia salesiana.

Ao abordar a questão que direcionou o estudo, aguçou-se o olhar para o problema da inclusão social de jovens e adultos não só no processo de escolarização, mas também na sua profissionalização, o que guiou o foco da análise na comparação do projeto político pedagógico desenvolvido pelo Colégio Estadual Benta Pereira e os pressupostos da Pedagogia Salesiana. Suscita-se o seguinte questionamento: Como esta modalidade de ensino, na forma como vem sendo configurada, atende aos anseios desses jovens e adultos que veem no ensino formal o grande trampolim para a empregabilidade? . Entendemos que a forma como essa modalidade de ensino instituída na legislação de ensino, e como está proposta em programas de governo, oferece condições para o desenvolvimento da pessoa

³ Educação de Jovens e Adultos (EJA) de acordo com a Lei 9.394/96, Artigo 37, passa a ser uma modalidade da educação básica que será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis o qual este direito foi negado.

humana, quanto ao respeito a sua dignidade, possibilitando o exercício de sua cidadania e tornando-a co-responsável por suas escolhas.

Educadora em diferentes estabelecimentos de ensino quais sejam: uma instituição privada que atende à classe média e oferece da Educação Infantil à Pós-Graduação, pautada na filosofia e pedagogia salesianas, e, uma instituição laica, pertencente à rede pública estadual do Rio de Janeiro (RJ), que recebe alunos da classe trabalhadora, oferecendo o ensino básico, do fundamental a partir do sexto ano, ao Ensino Médio e a EJA, sou instigada a refletir a respeito das diferenças e das desigualdades sociais que permeiam este *lócus* social. É, pois, desse modo que este estudo busca investigar a presença dos valores salesianos, que na sua origem foram criados para a formação de jovens oriundos das camadas mais empobrecidas da sociedade, e têm aplicabilidade na formação dos jovens e adultos da EJA numa escola pública. Para essa investigação, foram considerados os documentos legais que tratam da EJA e a proposta pedagógica do sistema estadual de ensino – RJ concernente a essa modalidade.

O que se argumenta é que aos destinatários da educação de jovens e adultos, aqui identificados como alunos da Escola Estadual Benta Pereira, os princípios fundamentais para a sua formação, numa perspectiva de inclusão social, via elevação do nível de escolaridade e preparação para o trabalho, precisam estar claramente definidos nas propostas dos cursos e constituírem-se em pontos de análise e marcos de ação para responder aos interesses e expectativas dos sujeitos a que se destinam, bem como questionar o desenho da gestão da escola alvo.

Direciona-se o foco da pesquisa para a EJA por constituir-se num dos programas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, implementado pelo Ministério de Educação em 2007, e por representar, uma das linhas de ação política compromissada com o princípio constitucional da educação como direito social, o que a coloca como direito de todos e dever do Estado, que, juntamente com a sociedade, deve assegurá-lo.

A escolha do Colégio Estadual Benta Pereira se deve à observação que a pesquisadora, cotidianamente, realiza do contexto educativo em que a formação de jovens e adultos ali matriculados se efetiva, uma vez que pertence ao quadro de professores dessa escola. Tem-se em conta ainda que se trata de uma escola da rede pública estadual de ensino, em que a procura pelos jovens trabalhadores e em situação de desemprego é bastante expressiva, e que, por ser pública, acentua a responsabilidade do poder público em relação ao cumprimento dos dispositivos legais que instituem a EJA e orientam sua implantação e implementação,

estabelecem diretrizes e dando concretude a ações políticas no plano de governo, em seus níveis federal, estadual e municipal.

O estudo tem como delimitação espacial o Município de Campos dos Goytacazes, localizado no norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Sua população é de aproximadamente 463.545 habitantes (IBGE, 2010)⁴, sendo a cidade das mais populosas do interior do Estado do Rio de Janeiro e o município de maior extensão territorial. Sua rede de escolas estaduais totaliza 52 escolas e dentre elas, 33 oferecem a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, tanto em nível do ensino fundamental, quanto no nível médio, com um total de 13.587 matrículas.

A delimitação temporal é 2008/2010, considerando-se a proposta política estadual de educação do atual Governador do Estado do Rio de Janeiro, que tem o mandato 2006 – 2010. Essa dissertação caracterizou-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, caráter descritivo, configurando um estudo de caso, realizado no Colégio Estadual Benta Pereira em Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Como instrumentos, recorreu-se à pesquisa bibliográfica; aplicação de questionários aos alunos matriculados no Colégio Estadual Benta Pereira e entrevistas com gestores (direção e professores) que atuam neste estabelecimento.

No primeiro capítulo- **Educação de Jovens e Adultos**- apresenta-se um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos a partir de 1930; um estudo das Diretrizes políticas orientadoras da EJA no Brasil e o perfil dos alunos desta modalidade de ensino. No segundo capítulo, ao tratar do **Direito à Educação, à formação e à preparação para o trabalho e os princípios da Pedagogia Salesiana**, busca-se traçar, em linhas gerais as ideias fundamentais e as proposições que norteiam o proceder da prática educativa Salesiana. No terceiro capítulo, quando trata da **Experiência dos Jovens e Adultos no Colégio Estadual Benta Pereira em Campos dos Goytacazes / RJ, Brasil visita-se** a Proposta Estadual de Educação do Rio de Janeiro o que permite verificar sua responsabilidade para com aqueles alunos que não tiveram ainda acesso ao ensino regular de modo a que possam assim fazê-lo. O histórico, as características e missão da instituição na qual a pesquisa se desenvolveu e o perfil dos seus alunos também integram este capítulo. Ainda neste capítulo, aborda-se detalhadamente a metodologia utilizada bem como a análise dos dados levantados na pesquisa. No quarto

⁴Dado do IBGE- Cidades@ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> [Consulta: 12 dezembro 2010]

capítulo, foram apresentadas as **Proposta de Melhoramento da ação educativa à luz da Pedagogia Salesiana**, com base na análise dos dados da pesquisa. Essas propostas se encaminharam para ações voltadas para os alunos, professores e gestão.

Por fim, como resultado da pesquisa, considerou-se que a visão humanista nem sempre se faz presente nas escolas laicas; evidenciou-se que os jovens e adultos depositam na EJA suas esperanças de inserção social e no mundo do trabalho; constatou-se que existe por parte dos jovens e adultos investigados a valorização da escola como caminho para a melhoria da qualidade de vida social; a existência de preocupação por parte dos professores com a precária preparação para o desenvolvimento do trabalho educativo com esse público e a falta de autonomia da escola em estudo para ofertar cursos de formação profissional.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos (EJA) é modalidade de ensino básico⁵, voltada para pessoas que não tiveram acesso à educação na idade própria ou foram obrigadas a interrompê-la por algum motivo, dentre eles a necessidade de ingresso precoce no trabalho ou os sucessivos fracassos escolares e vêm em busca desta oportunidade de iniciar e/ou concluir seus estudos.

Neste primeiro capítulo, a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é contextualizada, com ênfase na década de 1930 até os nossos dias, de modo a situar as diretrizes políticas orientadoras da EJA, tanto em nível nacional como estadual; as bases legais que regulamentam esta modalidade de ensino e o perfil dos alunos da EJA que são alunos diferenciados dos de outras modalidades de ensino devido as suas peculiaridades.

1.1. Histórico da Educação de Jovens e Adultos a partir de 1930

A busca pela educação por aqueles que foram privados de escolarização, está presente na trajetória sócio-político-educacional deste país. Ao longo da história da EJA no Brasil, destacam-se momentos significativos de avanços e recuos desta modalidade de ensino cujo percurso de lutas ainda permanece, seja no campo do direito à educação, seja no descaso das políticas públicas.

A história da EJA, no Brasil, até chegar a ser considerada como uma modalidade de ensino, com uma seção específica dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), teve toda uma trajetória que acompanhou os movimentos políticos e econômicos do desenvolvimento do país. Seu percurso, portanto, tem início desde o período da colonização, passando todo o império e todas as fases do período republicano.

Na história da educação de jovens e adultos no Brasil, ganham destaque os marcos presentes, principalmente a partir dos anos de 1930, quando a sociedade vivia momentos de grandes transformações políticas e econômicas que incentivavam a consolidação do sistema público de educação elementar no país.

A Constituição Federal do Brasil de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que apontava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, definindo normas para oferta de ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória,

⁵ O ensino básico, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), compreende o ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) e o ensino médio (1º ao 3º ano).

extensivo aos adultos. Mas, o projeto político da educação de adultos sofre discriminação desde o período colonial do Brasil, quando lhes era possibilitada apenas a catequese. A exploração da mão de obra para o trabalho extrativista e arcaico excluía da escola grande parte da população jovem e adulta destinando-a para o trabalho. Porém, segundo Fávero (2004, p.14) “é no início do século XX, principalmente após 1940, que passa a ser visto como um problema nacional”. Nesse período, o analfabetismo no Brasil atingia a marca dos 55% da população, pois o atraso no país arrola-se à falta de instrução do povo.

Nessa década, alguns fatos marcam essa modalidade de ensino, como: criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), atendendo à sociedade capitalista e aos grupos econômicos dominantes, para o desenvolvimento industrial do país, os quais vinculam a Educação de Adultos à Educação Profissional em 1942; o I Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947 e a I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Dinamarca), realizada em 1949.

Com o fim da 2ª Grande Guerra Mundial, num período pós-ditatorial, o país, impulsionado pelo movimento de modernização, lança a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. A Campanha foi lançada em 1947, custeada com recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, tendo uma proposta com objetivos voltados para um trabalho educativo amplo, embora se reduza à alfabetização.

Segundo Beiseigel (1974), a educação de adultos no Governo de Getúlio Vargas era considerada fundamental para elevar os níveis de escolarização da população e, conseqüentemente, elevar o nível cultural dos cidadãos.

Naquele momento, a preocupação dessa proposta não era o direito à educação, por isso foi criticada como “fábrica de eleitores”, já que o analfabeto nesse período não votava. Outra questão, também, era o despreparo dos professores e a má remuneração, bem como as más condições pedagógicas quanto a equipamentos e material didático.

Mesmo assim, as campanhas lançadas pela União, segundo Fávero (2004, p.17), apresentam um aspecto positivo, quando ele nos diz:

Mesmo partindo de um conceito extremamente limitado de analfabeto e trabalhando com um conceito restrito de analfabetismo/alfabetização, as campanhas significaram um movimento positivo do Estado e da sociedade brasileira, no atendimento às necessidades educacionais da população adolescente, jovem e adulta mais pobre.

A Campanha Nacional do Analfabetismo (CNEA) foi mais uma ação do governo no período entre 1958 a 1961. No II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958, Paulo Freire é destacado como maior expressão do cenário progressista da educação. Nos anos de 1960, com a participação, dentre outros, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), as discussões se refletiram na EJA, o que resultou na criação das “classes de emergência” para os adolescentes que não tiveram acesso à escola ou tiveram que abandoná-la, além da criação de classes de alfabetização para jovens e adultos.

Ainda nos anos 1960, conforme destaca Fávero (idem), na promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e “no momento mais forte do desenvolvimentismo nacionalista”, tornam-se claras as novas funções da educação brasileira. Com a participação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), é apresentada como proposta a criação “de classes de emergência para os adolescentes que não tiveram acesso à escola naquela idade ou dela tinha saído precocemente e organizadas classes de alfabetização para os jovens e adultos analfabetos”. (2004, p.18)

A primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei n. 4024/1961, dispõe em seu artigo 2º: “a educação é direito de todos e será dada no lar ou na escola”. A lei também estabeleceu em seu artigo 27 “o ensino obrigatório a partir dos sete anos e só ministrado na língua nacional”, e que os que iniciassem depois dessa idade poderiam formar classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento. Determinava, ainda, no artigo 99, que “aos maiores de dezesseis anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do curso ginásial, mediante a prestação de exames de madureza após estudos realizados sem observância de regime escolar”. E permitiria a obtenção do certificado de conclusão do curso colegial aos maiores de dezenove anos.

Em 1962, é criado o Movimento de Cultura Popular (MCP), procurando valorizar a cultura como fator de transformação da realidade. Esse movimento ganha impulso com Paulo Freire por meio de seu trabalho com a alfabetização de adultos. Uma das críticas mais veementes à escola tradicional surge nesse movimento, tal como o uso e a imposição das cartilhas. Em contrapartida, buscam transformar a aula em um debate animado pelo professor, “alavanca-se a alfabetização e a educação de adultos com um movimento de conscientização”. (FÁVERO, 2004, p.22)

O período de 1961 a 1963 é marcado por intensa mobilização da sociedade civil em torno das reformas de base, o que contribuiu para a mudança das iniciativas públicas de educação de adultos. Deste período merece destaque o Movimento de Cultura Popular (MCP).

Em 1964, com o golpe militar, foram reprimidos os movimentos de alfabetização que fortaleciam a cultura popular e um movimento conservador – Cruzada Ação Básica Cristã reedita as cartilhas de alfabetização e faz um movimento de volta à Campanha de 1950. Com a ditadura militar instituída, desmonta-se o movimento de cultura popular e em 1966 deu-se a criação pelo governo do Plano Complementar ao Plano Nacional de Educação e da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Assistemática (CNAED). É criado, em 1968, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), um programa de proporções nacionais que propõe alfabetização funcional de jovens e adultos, tendo como meta acabar com o analfabetismo em dez anos. O objetivo do **MOBRAL** relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida.

Após 1970, o Mobral foi reformulado, tornando-se segundo Fávero (2004, p.25), o “maior movimento de alfabetização de jovens e adultos já realizado no país, com inserção em praticamente todos os municípios brasileiros”. Desenvolveu-se, também, o Programa de Educação Integrada que equivalia às quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Na década de 1970, marcada pela exigência de certificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, é promulgada a lei da reforma do ensino primário e secundário: Lei 5692/71, segundo Fávero (2004, p.25), que implanta o caráter supletivo da Educação de Jovens e Adultos e dedica um capítulo ao ensino supletivo e à suplência. Nesse período, foi criado em cada capital dos estados brasileiros um Centro de Estudos Supletivos (CES), com a função de certificar os trabalhadores que, por meio de uma proposta de ensino semipresencial, podiam resgatar sua escolaridade. Dessa forma, o Estado parece reconhecer a educação de adultos como um direito de cidadania.

Foi um marco importante na educação de jovens e adultos no Brasil, a implantação em 1971 do Ensino Supletivo, tendo como objetivo escolarizar um grande número de pessoas, uma vez que a sociedade brasileira estava em processo de modernização e a necessidade do mercado de trabalho competitivo exigia uma escolarização cada vez maior.

O Ensino Supletivo foi organizado em quatro funções: Suplência, Suprimento, Aprendizagem e Qualificação. A Suplência tinha como objetivo “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria” através de cursos e exames (LDB 5692/71, artigo 22, a). O Suprimento tinha como finalidade “proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte” (LDB 5692/71, artigo 24, b). A Aprendizagem ficou a cargo do SENAI e SENAC (Serviço Nacional de

Aprendizagem Comercial) para a formação metódica no trabalho. A Qualificação era a função encarregada da profissionalização que atenderia ao objetivo primeiro da formação de recursos humanos para o trabalho.

Haddad e Di Pierro (2000, p. 117) ressaltam que:

Portanto, o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola.

O Ensino Supletivo surge para reorganizar o antigo exame madureza, segundo a visão dos legisladores, pois facilitava a certificação e proporcionava uma pressão por vagas nos graus seguintes, especialmente o universitário. O Parecer 699 considera a necessidade de estender a oferta de formação profissional para “uma clientela já engajada na força de trabalho ou a ela destinada em curto prazo”. Finalmente, foram acrescentados cursos organizados na concepção de educação permanente, a fim de responder aos objetivos de uma “escolarização menos formal e mais aberta”.

Após o período de “repressão nas décadas de 1960, 1970 e meados de 1980, a educação de jovens e adultos passa por um momento de efervescência em todo o País”, como nos aponta Soares (2002, p.8-9).

Na década de 1980, o Brasil vivenciou importantes modificações sóciopolíticas com o fim do governo militar e a retomada do processo de democratização, possibilitando a ampliação das atividades da EJA.

Com abertura política nesse período, retorna-se às experiências e às ações desenvolvidas na esfera não-formal da educação, inspiradas nos movimentos de cultura popular. Em 1985, foi extinto o MOBRL, surgindo a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, que apoiava financeira e tecnicamente as iniciativas existentes. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal do Brasil (CF/88), a qual ampliou o dever do Estado para com a EJA e garantiu o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos, inclusive para aqueles que não concluíram sua escolaridade em tempo próprio. Tal determinação encontra-se consignada no Inciso I do Artigo 208, ao ser definido que: “o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Segundo Soares (2002), há um novo olhar e novo significado para a EJA, após os movimentos sociais entre educadores nas universidades, nas organizações não-governamentais e nos municípios: o rompimento com as “orientações centralizadoras” e as

práticas fundamentais nos preceitos da Lei 5692/71, dentre elas a do “ensino supletivo”, segundo ele marcado pelo “aligeiramento do ensino”, e a busca de novos formatos, que garantam o direito à educação de qualidade para esse público jovem e adulto.

A partir da CF/88 e da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), segundo Paiva (2004, p. 30), “as novas construções da realidade brasileira passam a ser incorporadas ao aparato legal, em um movimento semelhante ao que vinha ocorrendo em outros países”. A LDBEN 9.394/96 trata a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino a ser oferecida a todos os cidadãos que não tiveram acesso à educação na idade própria, em consonância com a Constituição Federal.

O caráter compensatório, presente na EJA e reafirmado pela Lei 5692/71, permanece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), mesmo com o retorno de ações inspiradas nos movimentos de cultura popular, cujas iniciativas, de acordo com Di Pierro (2005), foram desenvolvidas, especialmente pelos governos locais, em parceria com a sociedade civil.

Os anos de 1990 são marcados pela reforma do Estado e pelas políticas neoliberais. A educação no Brasil, nesse período, passa a ter como mentores os órgãos internacionais, dentre eles o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que exigem atenção especial dos governos dos países subdesenvolvidos para o ensino fundamental. Nesse cenário, a EJA não foi acolhida pelas políticas educacionais, dentre elas a do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criada pela Lei 9.424/96, que propõe os investimentos no ensino fundamental.

Presencia-se, pois, neste período o declínio das responsabilidades com a EJA, motivado pelas determinações das políticas neoliberais que pressionam a reforma do Estado. No governo de Fernando Henrique Cardoso, essa situação se agudiza.

No entanto, de acordo com Soares (2002), grande impulso foi dado às discussões da EJA com a realização da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (V CONFINTEA), em Hamburgo em 1997. Com a realização da V CONFINTEA e com a Declaração de Hamburgo (1997), no âmbito da qual foi adotada a Agenda para o Futuro, ampliam-se as discussões e articulações em torno das questões da EJA. Um conceito mais amplo podemos encontrar na Declaração de Hamburgo em relação à Educação para Jovens e Adultos:

[...] apresenta novos desafios às práticas existentes, devido à exigência de um maior relacionamento entre os sistemas formais e os não-formais e de inovação, além de criatividade e flexibilidade. Tais desafios devem ser encarados mediante novos

enfoques, dentro do contexto da educação continuada durante a vida. Promover a educação de adultos, usar a mídia e a publicidade local e oferecer orientação imparcial é responsabilidade de governos e de toda a sociedade civil. O objetivo principal deve ser a criação de uma sociedade instruída e comprometida com a justiça social e o bem-estar geral. (UNESCO, 1997, p. 2)

No contexto da Declaração de Hamburgo, a educação de adultos é consolidada como um direito humano fundamental e um direito chave para o século XXI, constituindo tanto “consequência do exercício da cidadania como condição para a plena participação na sociedade” (UNESCO, 1997, p.1). Assumiu-se o compromisso de “oferecer a homens e mulheres as oportunidades de educação continuada ao longo de suas vidas [...] e construir amplas alianças para mobilizar e compartilhar recursos, de forma a fazer da educação de adultos um prazer, uma ferramenta, um direito e uma responsabilidade compartilhada”. (ibid, p.3)

Paiva (2004) destaca duas vertentes importantes para a EJA pós-Hamburgo:

[...] a primeira, a da escolarização, assegurando o direito à educação básica a todos os sujeitos, independente da idade, por passar a ser vista a educação como direito humano fundamental; a segunda, a da educação continuada, entendida pela exigência do aprender por toda a vida, independente da educação formal, incluindo-se nessa vertente as ações educativas de gênero, de etnia, de profissionalização, questões ambientais etc., assim com a formação continuada de processos de aprendizagem pelos quais os sujeitos se produzem e se humanizam, ao longo de toda a vida. (p. 31)

Em 2000, foi aprovado o Parecer Câmara de Educação Básica (CEB) 11/2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que regulamentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Este Parecer, segundo Paiva (2004, p.33), “conferiu à EJA um texto de diretrizes que a reinsere no plano em que precisa ser discutida, compreendida e apreendida: o do direito”.

Também foi homologada a Resolução nº 01/2000 – Conselho Nacional de Educação. De acordo com essa Resolução, a EJA passa a ser tratada como Modalidade de Ensino, tornando-se, assim, um direito de todo cidadão.

Dentre as políticas públicas para a EJA, é importante registrar o Plano Nacional de Educação, sancionado em janeiro de 2001 que estabelece, entre outras medidas, programas para erradicar o analfabetismo visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos em cinco anos, até o final da década. Assim sendo, esse documento propõe ampliar o atendimento aos jovens e adultos que se encontram afastados do processo educacional.

O Ministério de Educação e Cultura (MEC) anunciou em janeiro de 2003 a prioridade da gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva para a alfabetização de jovens e adultos, com a criação da Secretaria Extraordinária de Educação do Analfabetismo. Para cumprir a meta de erradicar o analfabetismo foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado.

No período de 2003 a 2006, além desse, destacam-se, também, outros programas destinados à EJA, dentre eles o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Jovens e Adultos (PROEJA), além do Fazendo Escola.

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que tem como diretriz ampliar os investimentos a fim de melhorar a qualidade da educação no país, num prazo de quinze anos, contando com mais de 40 ações sobre os diversos níveis e modalidades as quais serão realizadas juntamente com a União, Estados e municípios enfocando prioritariamente a educação básica. O PDE estabeleceu em relação à EJA o “Programa Brasil Alfabetizado” que dá prioridade aos municípios do Nordeste e àqueles com piores índices de analfabetismo. Este plano de desenvolvimento incluiu, também, o “Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos”.

A trajetória da EJA, no Brasil, teve como proposta eliminar o analfabetismo com iniciativas da administração federal e organizações da sociedade civil por meio de campanhas. Porém, essas campanhas foram marcadas por descontinuidade da ação pública, que não contribuíram para o cumprimento do direito à educação como estabelece a Constituição Federal de 1988. Direito que, muitas vezes, é visto como um favor prestado pelos governantes, empresários e sociedade. Mas o grande desafio é reconhecer o direito do jovem e do adulto de ser sujeito.

A educação de jovens e adultos, além de assegurar gratuitamente a efetivação dos estudos para aqueles que não tiveram oportunidades educacionais apropriadas e considerar os interesses e condições de vida e trabalho, deveria possibilitar acesso e permanência destes indivíduos na escola, a fim de desenvolver no aluno suas capacidades e novos saberes que possibilitem ao educando obter uma formação para o exercício da cidadania.

1.2. Diretrizes Políticas Orientadoras da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino da Educação Básica, vem resgatar uma dívida social com aqueles cidadãos que foram privados do acesso aos

processos de escolarização na idade regular, assegurando-lhes o direito à educação, previsto nas bases legais vigentes relativas à Educação.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, garante importantes avanços no campo da EJA, ao abordar, a questão do direito à educação. Sobre esse aspecto ela determina:

Artigo 205: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho,

Artigo 208: o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I- Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que não tiveram acesso na idade própria.

Assim, a Constituição Brasileira de 1988, ao preservar o direito à dignidade, contempla aqueles que, no seu dia a dia, percebem a importância da leitura e da escrita. Ainda estabelece como obrigatório e gratuito o Ensino Fundamental, como **“dever do Estado”**, para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria. Este direito é protegido e assegurado, sendo o Poder Público por ele responsável. Ainda quanto ao Ensino Médio, Cury (2004) nos afirma que “também é gratuito nas escolas do governo e, se exigido, deve ser atendido porque esta etapa do ensino é a coroação da educação básica”.

O Direito à Educação garantido pela Constituição Federal de 1988 é reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A Lei Nº. 9.394/96 abriga no seu Título V dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, capítulo II da Educação Básica, a seção V - denominada da Educação de Jovens e Adultos - é uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média.

No artigo 37, está definido que: “A Educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Ensino Médio na idade própria”, e o seu Artigo 38, dispõe que: “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”.

Assim, a atual lei incorporou a mudança conceitual da EJA que se dava desde o final dos anos 80. O seu texto faz estabelecer uma nova concepção da Educação de Jovens e

Adultos, apontando uma mudança conceitual de ensino supletivo para educação de jovens e adultos.

Segundo Leôncio Soares (2002, p.12):

A mudança de “ensino supletivo” para “educação de jovens e adultos” não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação.

Os Pareceres da Câmara de Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação - CNE 04/98 e 15/98 e as respectivas Resoluções CEB/CNE 02/98 e 03/98 se estendem para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio. O Parecer CEB 11/2000, aprovado na Câmara de Educação Básica em maio de 2000, é um documento importante para compreender os aspectos da escolarização dos jovens e adultos no íntimo da EJA. Nesse documento, encontramos os fundamentos, princípios e funções da EJA, as bases legais das Diretrizes para EJA, fixação da idade para o ingresso em cursos de EJA do ensino fundamental e médio, bem como determinação do perfil do aluno que fazem parte desta educação, e o projeto político pedagógico dos estabelecimentos. Relatado por Carlos Roberto Jamil Cury, esse documento envolve os poderes públicos e iniciativas da sociedade civil.

O Parecer atribui autonomia aos sistemas para que possam definir a organização, a estrutura e o funcionamento dos cursos de EJA, as bases históricas desta modalidade de ensino, e ainda, faz referências às iniciativas públicas e privadas.

O Parecer CNE/CEB 11/2000, reconhece a EJA como:

[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela (...), em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto [...] (CNE/CEB, 2000, p.5).

Na busca por uma sociedade mais justa, menos discriminatória e desigual, a EJA é tratada como uma dívida social a ser reparada com todos aqueles que não tiveram acesso ao mundo letrado. Dessa forma, têm a chance alcançá-lo e terem reconhecido o princípio da igualdade para todos. Sendo assim, o Parecer define as funções da EJA, como sendo reparadora, equalizadora e qualificadora.

A função reparadora da EJA refere-se ao direito a uma escola de qualidade e ao acesso a um bem real, social e, simbolicamente, importante à necessidade de um modelo educacional

que crie condições pedagógicas satisfatórias para atender às especificidades dos alunos jovens e adultos e, na oportunidade, de atender à atual exigência das competências requeridas pela vida cidadã e mercado de trabalho. (SOARES, 2002, P.34)

O Parecer CEB 11/2000, define que:

A função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. (ibid, p. 34)

A função equalizadora da EJA relaciona-se às maiores oportunidades que devem ser dadas aos desfavorecidos quanto ao acesso à escola e permanência nela, a garantia de equidade, na qual os bens sociais são distribuídos tendo em vista mais igualdade. Finalmente, a função qualificadora; mais que uma função permanente da EJA, essa função é o seu próprio sentido. Tem como base o caráter incompleto do ser humano, que busca atualização nos quadros escolares e não escolares. (BRASIL, 2000). Torna-se claro o “[...] apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade” (ibid, p.41). Acrescenta-se que:

Muitos jovens ainda não empregados, desempregados empregados em ocupações precárias e vacilantes podem encontrar nos espaços e tempos da EJA, seja nas funções de reparação e de equalização, seja na função qualificadora, um lugar de melhor capacitação para o mundo do trabalho e para a atribuição de significados às experiências socioculturais trazidas por eles. (ibid, p.41 - 42).

A Resolução CNE/ CBE 1/2000 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, que devem, obrigatoriamente, ser observadas na oferta dessa modalidade de ensino em suas etapas fundamental e médio, nos termos da LDB.

Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação. (RESOLUÇÃO 1/2000, Art. 1º, p. 1)

Por outro lado, o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em janeiro de 2001 como lei, a Lei 10.172/2001, dedica o Capítulo 5, na Seção III, à Educação de Jovens e

Adultos, tendo esta como objetivo “a elevação global da escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público [...]”.

O PNE tem como um dos objetivos determinados pela Constituição Federal em seu artigo 214, inciso I, a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo, dispondo que:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I- erradicação do analfabetismo;
- II- universalização do atendimento escolar;
- III- melhoria na qualidade de ensino;
- IV- formação para o trabalho;
- V- promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Apresenta-se ainda como prioridade do PNE,

Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino; Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram, e ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior. (BRASIL, 2001)

O PNE estabelece objetivos e metas para a EJA, a serem cumpridos até o ano de 2011, buscando maior democratização de oportunidades educacionais. Podem ser destacadas algumas das metas propostas por caracterizarem mais significativamente a demanda de uma ação política efetiva para responder aos desafios do analfabetismo e baixas taxas de escolaridade entre os jovens e adultos:

Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.

Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.

Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais.

Estabelecer programa nacional, para assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade ofereçam programas de alfabetização e de ensino e exames para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.

Instar Estados e Municípios a procederem um mapeamento, por meio de censo educacional, nos termos do art. 5º, §1º da LDB, da população analfabeta, por bairro ou distrito das residências e/ou locais de trabalho, visando localizar e induzir a demanda e programar a oferta de educação de jovens e adultos para essa população.

Elaborar, no prazo de um ano, parâmetros nacionais de qualidade para as diversas etapas da educação de jovens e adultos, respeitando-se as especificidades da clientela e a diversidade regional.

Dobrar em cinco anos e quadruplicar em dez anos a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos.

Incluir, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação Básica.

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989, no Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I, denominada da Educação, determina no Artigo 306 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e à formação do cidadão; ao aprimoramento da democracia e dos direitos humanos; à eliminação de todas as formas de racismo e de discriminação; ao respeito dos valores e do primado do trabalho; à afirmação do pluralismo cultural; à convivência solidária a serviço de uma sociedade justa, fraterna, livre e soberana.

Esta mesma Constituição destaca os princípios que regem o ensino em sua esfera e atribui os deveres do Estado e Municípios e sua garantia de se efetivar. No artigo 316, menciona que o Estado e Municípios deverão elaborar os seus planos de educação, considerando o Plano Nacional de Educação; com ações integradoras, de modo a erradicar o analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do País.

O documento legal estabelece:

[...] ser dever da unidade federativa garantir o ensino obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, de modo a criar oportunidades para aqueles que por situações adversas não puderam concluir seus estudos na idade prevista. (Artigo 308, incisos II e III).

O Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, como é de sua competência, manifesta ser necessário consolidar as normas para a execução de programas e funcionamento

e cursos voltados para a Educação para Jovens e Adultos no território do Estado do Rio de Janeiro. Por meio da Deliberação Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 285, de 26 de agosto de 2003, altera as normas para o funcionamento de cursos destinados à EJA, revoga os Artigos 7, 8, 9 e 12 da Deliberação CEE 259/2000, e dá outras providências.

No que concerne à nossa análise, o novo instrumento legal não deixa dúvidas em relação:

- a) à liberdade e amplitude para oferta de Educação para Jovens e Adultos na etapa equivalente ao segmento de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e Classes de Alfabetização;
- b) à exigência, sobre a autorização legal para funcionamento da escola nas outras etapas da EJA;
- c) aos itens que devem ser observados na efetivação do comunicado à Inspeção Escolar e suas finalidades, bem como a autonomia da Inspeção;
- d) ao limite geográfico: o Município onde a escola se sedia com a devida autorização do Poder Público.

A Deliberação CEE nº 285/2003 decide:

Artigo 1º - Os cursos de EJA autorizados pelo Órgão competente do Poder Público Estadual oferecidos por instituições privadas ou públicas que não integrantes da Administração Pública Direta dos Estados e Municípios, devidamente credenciadas, qualquer que seja a metodologia aplicada, **não terão** duração inferior a 24 (vinte e quatro) meses, quando se tratar de ensino correspondente às quatro últimas séries do Ensino Fundamental, nem inferior a 18 (dezoito) meses, quando em nível equivalente ao Ensino Médio.

Art. 2º. A organização curricular dos Cursos de Educação para Jovens e Adultos pode ser feita, a critério da instituição, sob a forma de **fases, etapas, períodos ou módulos** e desenvolvida de **modo seriado** - com associação ao formato do ensino regular e/ou de **modo disciplinar** -, fundamentado na progressão por área ou componente curricular, tal como definido nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º. Qualquer que seja a organização curricular ou metodologia empregada pelas instituições acima elencadas, nenhuma fase, etapa, período ou módulo pode ter duração inferior a 6 (seis) meses, inclusive e, especialmente, aquela que representar o último passo para conclusão do Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

§ 2º. Nos cursos que adotem a metodologia de ensino presencial, de modo aditivo, nenhuma fase, etapa ou módulo pode ter carga horária inferior a 300 (trezentas) horas na etapa equivalente às quatro últimas séries do Ensino Fundamental, ou 360 (trezentas e sessenta) horas, para os cursos equivalentes ao Ensino Médio.

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), propicia educação a jovens e adultos por meio dos Centros de Ensino Supletivo (CES) em nível de

Ensino Fundamental e Médio. Esta oferta de ensino acontece de forma individualizada, com atendimento prioritário de elevado cunho social. Seu funcionamento diferenciado das escolas regulares, com o objetivo de atender aos alunos que iniciam seus estudos em qualquer época do ano, apresenta horários favoráveis aos mesmos e sem obrigatoriedade de frequência, por meio de uma dinâmica de estudos semipresencial.

No cenário atual, segundo Arroyo, embora a EJA ainda não configure um campo hegemônico nas pesquisas e percorra ainda um caminho tímido no campo das políticas públicas, alcança avanços ao se criar, segundo ele (2005, p. 20) “um espaço institucional no MEC, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)”, onde são discutidas as novas estruturas gerenciais específicas para EJA nas Secretarias Estaduais e Municipais.

1.3. Quem é o aluno da Educação de Jovens e Adultos?

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é entendida como uma modalidade da educação básica (LDBN 9394/96, capítulo 2, seção V) que se constitui num direito de cidadania. A EJA se propõe a atender ao público para o qual foi negado acesso à educação em idade considerada apropriada (infância e/ou sua adolescência) e para a qual assegura o reingresso nas instituições de ensino garantindo a complementação do percurso educativo.

A EJA é marcada por um público bastante diversificado, tanto em relação à faixa etária, como no tocante às experiências de vida. Deste modo, têm-se os adolescentes jovens, buscando seu lugar na sociedade, construindo sua história de vida; adultos que já trazem uma história de vida e interesses próprios. O perfil do público que vem procurando esta modalidade de ensino é cada vez mais heterogêneo, seja em relação à idade, ao comportamento e às expectativas.

Os jovens buscam acelerar seus estudos a fim de ingressar em cursos profissionalizantes, inserir-se no mundo do trabalho ou dar continuidade aos estudos. Os adultos, por sua vez, querem a inserção ou a manutenção no emprego, principalmente aqueles de classes mais desfavorecidas.

Muitos desses jovens e adultos tiveram sua escolaridade interrompida por necessidade de trabalhar para sustentar suas famílias, pela impossibilidade de acesso à escolarização ou pelos sucessivos fracassos escolares. Muitos se sentem desvalorizados pela sociedade por falta de escolaridade, sentindo-se inferiores e com baixa autoestima.

Para compreendermos melhor a parcela da população que é atendida pela modalidade EJA, faz-se necessário refletir sobre este público que tem características e especificidades próprias, ou seja, não são quaisquer jovens e adultos, mas uma determinada parcela da população. De acordo com Oliveira (1999, p.59), a Educação de Jovens e Adultos refere-se não apenas a uma questão etária, mas, sobretudo, de especificidade cultural. Em relação ao público adulto, a autora define que:

O adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo. Ele é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito freqüentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo.

A autora descreve o jovem com o seguinte perfil:

E o jovem, incorporado ao território da antiga educação de adultos relativamente há pouco tempo, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa bio-psicológica da vida. Como o adulto anteriormente descrito, ele é também um excluído da escola, porém geralmente incorporado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas da escolaridade, com maiores chances, portanto, de concluir o ensino fundamental ou mesmo o ensino médio. É bem mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e lazer mais relacionadas com a sociedade letrada, escolarizada e urbana. (ibid).

Esses alunos, em estágios diferentes do desenvolvimento e com expectativas também diversas estão frequentando o mesmo espaço da sala de aula, muitas vezes desfocada de sua realidade. Ambos têm em comum, uma trajetória escolar e social marcada por insucessos e, uma bagagem sociocultural baseada no empirismo. Pertencem a um grupo social em situação de desprestígio e para o qual a aquisição de um trabalho formal, é o grande sonho.

De acordo com as diretrizes para a etapa de aceleração dos estudos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril e homologadas pelo ministro da educação Fernando Haddad, sobre a idade mínima para a entrada na modalidade EJA, foi definido que os estudantes terão de ter 15 anos completos para se matricularem no primeiro segmento (ensino fundamental) e de 18 para o segundo segmento (ensino médio).

O trabalho educativo, tanto com os jovens como com os adultos, exige propostas curriculares e metodológicas que considerem suas vivências e sua cultura, para que tenham sentido. O aluno da EJA, segundo Linderman (1926), traz consigo conhecimentos nem sempre construídos e sistematizados pela escola, mas que emergem de seus fazeres, exigindo, assim, uma mudança da concepção do ensino que requer que professor e aluno sejam sujeitos do processo de construção do conhecimento.

A educação de jovens e adultos vem se estabelecendo no cenário educacional brasileiro ainda de modo pouco consistente observando-se, em seu histórico, os poucos avanços dado que sua trajetória se pauta em programas descontínuos e não em políticas consistentes. Seu papel de garantir o cumprimento do direito a todos de qualificação e melhoria de qualidade de vida plena a todos ainda se constitui em promessa, portanto, o campo das políticas públicas precisa ainda avançar de modo que o aluno possa ter não só o acesso e sim de permanência na escola, de modo a desenvolver suas potencialidades; ter condições de encontrar na educação a oportunidade de inserção no mundo do trabalho e, assim, exercer sua cidadania.

No próximo capítulo, apresentar-se-á o direito à educação, formação e preparação para o trabalho e os princípios da Pedagogia Salesiana, seus princípios norteadores e a relação com a Educação de Jovens e Adultos. Esta pedagogia se preocupa com a formação integral dos jovens sua formação humanista e sua preparação para o trabalho, dando condições de os jovens exercerem sua cidadania de forma consciente e participativa.

CAPITULO II

O DIREITO À EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E OS PRINCÍPIOS DA PEDAGOGIA SALESIANA

A Escola tem papel fundamental na vida do indivíduo e a educação é direito de todos, conforme estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu artigo 6º, ao consagrar que a educação é um direito social, que deve proporcionar condições para que os sujeitos possam adquirir meios para viverem em sociedade e para terem vida digna. Ainda quanto ao direito à educação, o Artigo 205, apresenta a educação como dever do Estado e da família, atendendo ao desenvolvimento da pessoa preparando-a para o exercício da cidadania. Também o Artigo 208 assegura a educação a todos e sua oferta gratuita também para aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Um segundo marco legal é a Lei Federal nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, especialmente no Artigo 4º, incisos I e VII. Ao tratar do direito à educação assim define:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989, em seu Capítulo III - da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I, denominada da Educação, determina no Artigo 306:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e a formação do cidadão; ao aprimoramento da democracia e dos direitos humanos; à eliminação de todas as formas de racismo e de discriminação; ao respeito dos valores e do primado do trabalho; à afirmação do pluralismo cultural; à convivência solidária a serviço de uma sociedade justa, fraterna, livre e soberana.

A abordagem da educação como direito conduz ao aprofundamento sobre o papel que ela desempenha na construção da cidadania. Segundo Machado (2002, p.95),

[...] restringir a ideia de cidadania a deter direitos pode significar uma limitação da formação do cidadão à vigilância sobre o cumprimento das deliberações da DUDH ou de outros documentos internacionais ou nacionais deles decorrentes.

O autor defende que a formação para a cidadania deve considerar o desenvolvimento de valores por meio da articulação entre projetos individuais e coletivos.

Cury (2002) chama atenção para o fato de que a garantia de cidadania exige o enfrentamento de severos desafios. Que, por sua vez, compõem diversos debates político-educacionais, quando se trata do direito à educação de qualidade e à formação para o trabalho. Afirma que:

[...] a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional (2002 p. 246).

Quando se trata da educação dos jovens e adultos afastados dos bancos escolares antes da conclusão de, pelo menos, a formação básica, a questão da garantia do direito se torna ainda mais delicada já que, historicamente, esse direito foi negado repetidas vezes e em diferentes momentos. Ao tratar do assunto, foi em Demo (2002, p.160), que se encontrou a confirmação de importância dessa modalidade de ensino. É ele que diz que é preciso “manter aberta a oportunidade de aprender em qualquer idade, [...] a ideia é que as pessoas possam estar estudando sempre”.

O jovem e adulto é alguém com direitos. Sobre esses direitos acolheu-se também a argumentação de Cury, ao afirmar que:

A Educação de jovens e adultos não é um presente, nem um favor, tal como antes a própria legislação ou a prática das políticas educacionais a viam. Desde a Constituição de 1988 ela se tornou um direito de todos os que não tiveram acesso à escolaridade e de todos que tiveram este acesso mas não puderam, completá-lo. (CURY, 2004, p.1)

Os estudantes que ocupam os bancos escolares da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são o reflexo das profundas desigualdades sociais produzidas numa sociedade que, em sua história, excluiu aqueles que também não tiveram acesso aos bens produzidos pelo

trabalho. Nas salas de aula da EJA estão estes jovens e adultos para os quais, de acordo com Andrade (2004, p.45), “o sistema educacional tem dado as costas”, reafirmando a negação do direito à educação.

A preparação para o mundo do trabalho tem sido um dos papéis da escola que, historicamente, tem se voltado para a classe trabalhadora. Nos dias atuais em que os avanços tecnológicos, mais especificamente na área da teleinformação, impuseram cada vez mais a necessidade do desenvolvimento de competências do pensar e do conhecer, não basta apenas que o trabalhador saiba fazer, exige-se dele o pensar e o saber. Para tanto, a procura pela escola, especialmente aquelas especializadas na área tecnológica, tem sido significativa impondo grande concorrência e, por vezes, dificuldades no acesso democrático.

De acordo com Frigotto (1984),

[...] a educação potencia o trabalho, gerando maior produtividade. Essa maior produtividade redundaria, porém, numa ampliação de mais-valia extorquida pelo capital. Assume-se, pois, a existência de um vínculo direto entre mundo da produção e mundo da escola, ou com o processo educativo em geral. (FRIGOTTO, 1984, p. 136)

O olhar que a educação profissional precisa aprofundar para, então, voltar-se à classe trabalhadora e de fato atender aos jovens e adultos nela inseridos é aquele que garanta o espaço de construção de bases sólidas para a inserção e permanência destes sujeitos. Fundamentado, ainda nas contribuições de Acácia Küenzer, este estudo comunga de sua posição quando considera que: “[...] o fim da educação é preparar o cidadão para se constituir como humanidade participando da vida política e produtiva”. (KUENZER, 2007, p.30).

A Pedagogia Salesiana desenvolvida por Dom Bosco é a base fundante da educação salesiana, e está alicerçada no tripé: razão, religião e *amorevollezza*. De acordo com o que a Carta de Princípios das Escolas Salesianas das Filhas de Maria Auxiliadora nos afirma: “O centro da pedagogia é a pessoa humana em sua totalidade, como ser humano, compreendendo sua corporeidade. Visa-se ao desenvolvimento da pessoa em relação [...] sua dignidade própria, sua transcendência e sua vocação a felicidade”. (1998, p. 4)

É uma experiência educativa que se manifesta há mais de um século e ainda permanece atual, não só por constituir-se em princípios basilares dessa pedagogia, como também por atender em plenitude às atuais necessidades de formação dos jovens em nosso tempo. Sua preocupação com jovens em condições de vulnerabilidade social se expressa na

busca de fundamentos que propiciem as condições de estes conquistarem, de forma consciente e participativa, seu papel no exercício da cidadania, por meio de uma formação humanista comprometida com o desenvolvimento integral e a preparação para o trabalho.

Nesse sentido a pedagogia salesiana, compromete-se com esses jovens e adultos de modo a garantir-lhes o direito à formação integral que pressupõe a preparação para o trabalho por meio do que a cidadania se efetiva. Dessa forma, dar-se-á destaque, neste ponto do estudo, aos traços da Pedagogia Salesiana, seus princípios e sua relação com a legislação atual brasileira.

2.1. Pedagogia Salesiana: pressupostos e marcos de milha

A Pedagogia Salesiana nasceu da experiência educativa de Dom João Bosco, em favor dos jovens, fundamentado num espírito de amor. Enquanto educador, Dom Bosco estava atento às necessidades sociais da juventude de sua época.

A grande preocupação da Pedagogia Salesiana é com a promoção dos jovens, principalmente aquele jovem em situação mais vulnerável. Procura empenhar-se totalmente com a educação dos mesmos, acreditando naquilo de melhor que o jovem possa ser. Busca resgatar no jovem a autoconfiança, o protagonismo, encorajando-o a enfrentar suas dificuldades em busca de soluções.

É uma pedagogia em que os jovens são o centro das atenções, para quem todos os olhares se voltam, tudo é direcionado pelo coração ao coração, desde os ambientes às pessoas. Conforme a Carta de Roma, escrita por Dom Bosco em 1884, “a educação é coisa do coração”. É um amor manifestado pela confiança. Baseada na dignidade do ser humano, na visão integral da pessoa humana, em suas múltiplas dimensões, no compromisso com a promoção social e com a formação dos jovens.

Esta experiência educativa proposta por Dom Bosco, conhecida também por Sistema Preventivo, como nos afirma Fonseca:

[...] é um estilo de vida, uma espiritualidade, um jeito de educar, em que, a vida do educador; a convivência entre educador e educando, formam um conjunto harmônico, cujo resultado final é o crescimento de todos os que são envolvidos no processo educativo”. (1999, p. 21)

O Sistema Preventivo de Dom Bosco é o modo de agir, com espírito de liberdade. Caracteriza-se como um sistema aberto, vivo e dinâmico, movido por amor, que se adapta às

condições do educando, isto é, às suas necessidades e exigências. Não é permissivo e não impõe nada.

Prevenir no sistema educativo salesiano significa ajudar o jovem a elaborar o seu projeto de vida, acreditando em si mesmo, aprimorar sua autoestima, confiando em sua potencialidade, em seu crescimento contínuo, segundo Fonseca (1999, p. 24). O autor ainda afirma que “o método de Dom Bosco previne, não empobrecendo o jovem, colocando limites à sua liberdade, mas, ao contrário, enriquecendo-o e ajudando-o a ser realmente livre”. (1999, p.25).

Esta pedagogia objetiva a vida plena dos jovens, sua formação, pois a grande meta é torná-los “bons cristãos e honestos cidadãos”. Auxiliar o jovem a melhorar seu autoconceito, a ter ideais, a elaborar um projeto de vida melhor. A grande preocupação de Dom Bosco em sua ação educativa era a promoção da juventude, “realizada através de uma ação caritativa – assistência material ao jovem – e de uma ação pastoral – salvação da alma”, (SCARAMUSSA, 1984, p. 74). Essas duas dimensões exprimiam os conteúdos e os componentes essenciais ético, religioso e humanístico do seu sistema educativo.

A Pedagogia Salesiana está fundada na tríade Religião, Razão e *Amorevolezza*. A Razão é a capacidade de captar o valor e o sentido das coisas, o modo de fazer ver as coisas, despertar para a consciência crítica, a busca de fundamentos e razões da própria existência, o diálogo e a co-responsabilidade. É a busca da verdade de si mesmo, do outro, do mundo e de Deus.

A Religião no Sistema Preventivo é entendida como cultivo da vida de fé, isso se concretiza em viver na presença de Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo. Esse cultivo da vida de fé gera, no jovem, a alegria de sentir-se amado e fazendo o bem. “Como abertura ao sentido radical da existência e prática dos valores evangélicos, com atitude ecumênica e dialógica”, segundo a Carta de Princípios das Escolas Salesianas – Filhas de Maria Auxiliadora (1989, p.6).

A *Amorevolezza*⁶ é um elemento fundamental no sistema preventivo, significa amabilidade. É a convicção de que jovem é amado, ama, e que se sentindo amado naquilo que lhe é próprio, com facilidade assume as orientações do educador e é capaz até de grande

⁶ *Amorevolezza* é a marca salesiana. Dom Bosco usava esta palavra para indicar amor, carinho, afeição demonstrada, familiaridade, presença. A *amorevolezza* é uma energia espiritual, que nasce da mística do amor de Deus para os jovens. Disponível em: <<http://www.salesianos.com.br/downloads/SubsidioRSE1.pdf>> [Consulta: 17 julho 2009]

heroísmo. O clima educativo de confiança e alegria favorece o relacionamento entre o educador e educando, de modo a estimular o crescimento pessoal e de autonomia.

O sistema Preventivo é movido pelo amor, o jovem deve sentir que é amado. Esse sistema foi vivido de modo original, no dia a dia de Dom Bosco com os jovens, marcado por sua presença entre eles, num contexto de otimismo e alegria e numa dinâmica de crescimento, em que o jovem descobre o seu valor e a certeza de ser amado por alguém.

De acordo com Ruffinato (2007, apud CHÁVEZ, 2008, p.12):

O amor de Dom Bosco por esses jovens era feito de gestos concretos e oportunos. Ele interessava-se pela sua vida inteira, reconhecendo suas necessidades mais urgentes e intuindo as mais encobertas, [...] todo o seu ser estava orientado a fazer-lhe o bem, a promover seu crescimento integral [...].

A Pedagogia Salesiana procura inserir o jovem na sociedade de modo que ele se sinta “parte ativa por meio do trabalho, da co-responsabilidade no bem comum e do empenho por uma convivência pacífica”; desse modo, contribuindo para sua participação honesta e cidadã. (ibid p.19). Tem por finalidade adquirir vantagens como a “valorização social de forma solidária e crítica, a instrução e preparação profissional, formação da consciência, a abertura às relações humanas”. (idem)

O objeto do projeto educativo salesiano é a pessoa humana em sua totalidade, valorizando-a como pessoa. Constitui-se numa pedagogia baseada no humanismo otimista que crê nas potencialidades do ser humano como agente transformador da sociedade e protagonista de sua história.

A missão educativa salesiana de formação integral dos jovens, principalmente dos mais pobres e necessitados, propõe-se a promover seus direitos e se concretiza por meio de uma pedagogia específica construída com base em princípios cristãos e humanistas.

O jovem deve ser o centro da ação na Pedagogia Salesiana, que deve proporcionar-lhe condições para desenvolver-se revelando suas potencialidades e sendo o protagonista do seu próprio projeto de vida social. Ela deve dar ao jovem a oportunidade de revelar as potencialidades e as possibilidades e para isso, defende que é preciso levar em consideração princípios que orientem a prática educativa conforme se pode verificar no capítulo 4, artigo 43 da Carta de Princípios, no Capítulo 4, em seu artigo 42 que, assim, define:

- **o respeito à dignidade da pessoa humana**, que exige a defesa dos direitos e o repúdio a todo e qualquer tipo de discriminação;
- **a garantia à igualdade de direitos**, que possibilita o exercício da cidadania;

- **o incentivo à participação**, que torna a pessoa co-responsável por tudo o que acontece na vida escolar, social, econômica, política, cultural;
- **o cultivo da solidariedade**, que se traduz na abertura às pessoas, na partilha, na transformação da realidade, em função da vida.

Dom Bosco faz opção pela educação. Uma educação que desenvolva as potencialidades dos jovens e promova a construção da identidade pessoal, formando, segundo Fistarol (2009, p.31), “pessoas solidárias, cidadãos ativos e responsáveis, pessoas abertas aos valores da vida e da fé, homens e mulheres capazes de viver com sentido, alegria, responsabilidade e competência”.

Ele tinha, também, a consciência da importância da educação para a transformação da sociedade, como nos afirma Fistarol (idem, p.37): “Dom Bosco preocupava-se com o desenvolvimento da pessoa até o seu pleno amadurecimento humano e cristão, mas também se preocupava com a transformação da sociedade através da educação da juventude”.

Dom Bosco, em sua experiência educativa, procurou responder à evolução dos tempos salvaguardando os valores fundamentais da formação humana e adaptando-se ao mundo atual em mudança.

2.2. Princípios Norteadores da Pedagogia Salesiana

Os Princípios da Pedagogia Salesiana apresentam-nos pontos de real preocupação para com os jovens e o mundo em que estão inseridos, objetiva o desenvolvimento enquanto ser complexo e global, observando as dimensões afetivas, cognitivas e sociais.

O primeiro princípio: “**Princípio da Pessoa Humana: Pedagogia Personalista e Humanista**” refere-se ao agir pedagógico personalizado que considera os interesses e diferenças pessoais, proporcionando uma prática educativa baseada no respeito, nas fases do desenvolvimento do educando e nas suas necessidades, de modo a possibilitar o crescimento humano e cristão dos jovens.

Em nossa prática pedagógica, esse princípio ressalta a importância do ser pessoa. Esta considerada em sua singularidade, individualidade, diferenças e interesses, em que cada ser é um ser e a pessoa é vista em sua totalidade.

Esse princípio nos revela a preocupação de Dom Bosco com os jovens, com seu crescimento pessoal, social e com sua salvação. Sua preocupação com todos e seu interesse por cada um. De acordo com Scaramussa:

Dom Bosco detestava o sentimentalismo e o pietismo. Preocupava-se com os interesses imediatos dos jovens, com sua situação social, sua profissionalização e suas responsabilidades futuras. Por isso, exigia do educando apenas o essencial, o cumprimento de seus deveres, e criava oportunidades para que pudesse expandir livremente todas as suas energias. (1984, p. 85)

Por meio do seu carisma, Dom Bosco conquista e procura conhecer os seus jovens, preocupando-se em desenvolver o trabalho como meio de crescimento pessoal do educando. Tinha uma grande preocupação com a construção do ser, da autonomia, da valorização da autoestima, desenvolvimento das potencialidades dos educandos. A pessoa era o centro de toda sua prática, pensava na formação integral dos jovens e nas suas condições para o desenvolvimento de seu trabalho.

A preocupação de Dom Bosco era com a formação dos jovens, não só como “bons cristãos”, mas também como verdadeiro cidadão, no cumprimento de seus deveres e na “formação humana, moral e profissional”. (SCARAMUSSA 1984, p.84)

Como nos afirma a Carta de Princípios das Escolas Salesianas – Filhas de Maria Auxiliadora (1998, p. 4): “O centro da pedagogia é a pessoa humana em sua totalidade, como ser humano, compreendendo por isso sua corporeidade”.

Outro elemento importante neste humanismo é a razão “entendida como racionalidade, bom senso, concretude” (SCARAMUSSA 1984, p.84). Dom Bosco preocupava-se com a preparação do jovem para enfrentar a vida, cumprir com seu dever, habituar-se ao trabalho.

Este princípio revela-se principalmente, na relação educando e educador, relacionamento paterno e pessoal, sendo uma presença amiga, que estimulava e guiava o jovem ao seu amadurecimento.

Dom Bosco queria o jovem agindo como jovem. Seu sistema tem um clima de liberdade, demonstrado na ação natural do jovem sem artifícios.

O segundo princípio “**Pela via da Racionalidade – Pedagogia do diálogo e da preventividade**” é o princípio que permeia a educação salesiana, já que a racionalidade é o princípio norteador da ação educativa. Esse princípio coloca a importância da razão na educação, na construção das relações humanas. A razão favorece a construção da autonomia, da autenticidade e da responsabilidade nos jovens. A racionalidade, como nos diz Scaramussa, como meio de possibilitar a clareza das ideias, o culto à verdade, o domínio da impulsividade e das paixões. É o bom senso, a praticidade e simplicidade (SCARAMUSSA, 1984, pp. 111 à 113).

Não podemos deixar de falar na Preventividade neste princípio, entendida como uma relação dialógica, que favorece o crescimento a partir de dentro, auxiliando o jovem a construir sua liberdade com responsabilidade cristã.

O marco característico da razão é o diálogo. Dom Bosco sabia ouvir os jovens, atendia a cada um como pessoa única importante, como nos afirma Fonseca (1999, p.43). O diálogo mantém o educador junto ao jovem, não apenas por palavras, mas também pelo sorriso, por um gesto fraterno. A atitude racional do educador leva o educando a dar resposta racional; proporciona crescimento, um amadurecimento.

O professor é mediador do conhecimento, organizador da ação pedagógica, que se dá a partir do diálogo, estando ciente de que o jovem é protagonista de sua própria transformação. A relação professor alunos transcende o “transmitir conhecimento”, mas cria oportunidades básicas para que o sujeito construa o “saber”, o “saber-fazer”, o “saber-ser” e o “saber-conviver”.

Essa proposta nos remete ao Relatório da Comissão Internacional sobre a educação no século XXI, coordenado por Jacques Delors, aos quatro Pilares da Educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser⁷.

Aprender a conhecer - pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar. Seria, então, o mesmo que aprender a aprender; exercitando a atenção, a memória e o pensamento, desenvolvendo no aluno a vontade de aprender, de querer saber mais e melhor saber, levando-o a se concentrar em suas atividades, a desenvolver não somente dedutivo, mas intuitivo; levando-o a chegar a suas próprias conclusões.

Aprender a fazer -. Estreitamente ligada à questão da formação técnico-profissional do educando: como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro. O indivíduo deve saber comunicar, interpretar e selecionar as informações diante dos novos fatos e informações refazer suas próprias opiniões. Propiciar oportunidades de educação oferece ao longo da vida, preparando o aluno para enfrentar os desafios da vida, resolver os conflitos do dia a dia, ser cooperativos, ter humildade e respeito às diferenças, não ter medo de executar o que lhe for ensinado. Está ligado ao aprender a conhecer.

⁷ Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação no século XXI por Jacques Delors, 1996.

Aprender a viver junto – Educar para a diversidade e semelhanças da espécie humana levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta, passando à descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo. Ser capaz de evitar conflitos ou resolvê-los de forma pacífica. A aprendizagem atua no campo dos valores e atitudes.

Aprender a ser - a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa em todos seus aspectos, de modo que o indivíduo possa elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, possa decidir por si mesmo e como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

O terceiro princípio da Pedagogia Salesiana “**Centralidade na Relação – Interação – Pedagogia da Presença – Pedagogia da Convivência**” está relacionado com a capacidade humana de relacionar-se., ou seja, somos mais “pessoas” quanto mais somos capazes de nos relacionar. Esta relação deve ser autêntica. O relacionamento pessoal e autêntico significa estar total e, plenamente, presente para o outro, supõe tomar parte na vida do outro, na sua existência e no seu modo de ser no mundo.

Nessa pedagogia, nada pode acontecer no processo educativo sem a convivência, por isso o educador salesiano procura criar um clima educativo pautado nas relações interpessoais significativas, marcado pela “Presença-convivência” que se faz, proteção, estímulo e também orientação desafiadora. A relação precisa ser afetiva, racional e religiosa.

O ponto de partida da ação educativa de Dom Bosco é a presença amorosa na vida do educando, animadora do seu crescimento e progresso moral, espiritual, cultural; presença que o estimula cada vez mais a se comprometer com a realidade humana e cristã de sua vida.

A presença no Sistema Preventivo de Dom Bosco está aliada à convivência e à assistência. Essa assistência tem como tripé: Razão - Religião – *Amorevolezza*. A partir deste tripé, o amor educativo é modo salesiano de sair de si mesmo, ir ao encontro do outro, praticando “alteridade”. O jovem é acolhido como diferente e, nas suas diferenças, ele deve se sentir amado; por isso ninguém é sujeito ou excluído. Todos devem ser acolhidos por igual.

Outro ponto importante dessa assistência é a animação. A presença do educador animador, provedor de crescimento, incentivador. O educador deve caminhar junto com o educando, incentivando-o em sua caminhada.

O quarto princípio “**Atenção à globalidade da Vida e das exigências do Jovem – Pedagogia do sentido da vida e do desenvolvimento integral**” mostra a preocupação de Dom Bosco na promoção dos jovens. Isso se fazia na formação da pessoa no convívio humano e social e formação da pessoa em sua transcendência.

O crescimento deve ser harmônico, isto é, em todas as dimensões da pessoa. Esse ser é pluridimensional, global e complexo. O processo educativo salesiano deve ser integral, proporcionando experiência de fé, de esperança e caridade.

Dom Bosco via o jovem na totalidade de sua vocação. Visava à sua promoção integral. Valorizava o desenvolvimento de um projeto de vida para o jovem. Nossa tarefa é ajudar o jovem a ser protagonista no processo de construção do conhecimento, comprometido com a história, com sua ação, com o exercício da cidadania.

Scaramussa nos afirma a respeito da educação que:

[...] Sua intencionalidade é a de promover o homem, ou seja, de fazer o jovem aprender a “profissão de ser pessoa”. Trata-se de um processo que se realiza com uma longa e gradual caminhada de crescimento. Mais do que impor normas, preocupa-se em tornar mais responsável a liberdade, e desenvolver os dinamismos da pessoa, fazendo referência à sua consciência, à autenticidade de seu amor, à sua dimensão social. É um verdadeiro processo de personalização a ser desenvolvido pessoalmente. (Roteiro de Iniciação 1ª Parte, Capítulo III, 2ª Seção, 1993, p.5)

O Sistema Preventivo de Dom Bosco se preocupava com a religião, com a formação da cultura e a formação para o trabalho. Valorizava o desenvolvimento de um projeto de vida para o jovem.

O quinto princípio refere-se à “**Pedagogia do Ambiente – Necessidade de um ambiente estimulador**”.

A educação salesiana ressalta a importância do ambiente na educação. Por isso, na casa salesiana deve existir o verdadeiro espírito de família em que a educação acontece de forma comunitária, no clima de alegria.

Segundo Scaramussa (1984, p.94), “a familiaridade era vista por Dom Bosco como condição básica para demonstrar-se o afeto e para conseguir a confiança”.

O jovem deve ser valorizado, viver no clima de amizade em que o afeto, estima e solidariedade devem predominar entre todas as pessoas e lugares, em todos os momentos. Deve despertar para a vida, proporcionar um encontro entre amigos com muita confiança. Num ambiente estimulador, festivo, o jovem é incentivado a agir, a marcar sua presença. É estimulado a viver em plenitude, a aplicar-se aos seus deveres e dar resposta de fé.

De acordo com Fonseca, a Carta de Roma mostra-nos, claramente, o quanto Dom Bosco valorizava o clima de família na obra educativa. Mostra-nos, também, porque isso é tão importante: “Aqui, como em toda parte, Dom Bosco não fez teoria, mas viveu uma experiência educativa”. (FONSECA, 1999, p. 68).

Segundo Braido:

[...] razões psicológicas, históricas e religiosas levaram Dom Bosco à conclusão de que a educação é resultado de ambiente e de exemplariedade, mais que de ações individuais. E que a educação se desenvolve mais naturalmente numa estrutura essencialmente familiar. (1995, p.188)

O sexto princípio “**Valorização do protagonismo juvenil – Pedagogia da Ação – da Participação – do Associacionismo**” nos fala do fazer compromissado do educador e educando, para que o jovem desenvolva seu senso crítico, criatividade, iniciativa, seja capaz de interpretar o mundo em que vive, descobrindo a si mesmo e a sociedade a que pertence. Mas este fazer é comprometido com o ser, é reflexivo e comprometido em dar oportunidade ao jovem de agir de forma consciente, de fazer escolhas. Também se preocupa em dar espaço ao educador de ser presente, de fazer seu projeto educativo, de valorizar as múltiplas inteligências, isto é, cada um faz aquilo que sabe, para depois aprender o que não sabe. Valorizar o potencial do jovem e do educador é importante estratégia para o desenvolvimento pleno dos sujeitos da aprendizagem.

Devem ser dadas aos jovens oportunidades de realizar o seu projeto de vida, por meio de escolhas, decisões, do agir consciente, de lutar por um ideal. O jovem deve ser participativo, protagonista de sua ação, para o seu crescimento pessoal. Esse comprometimento com ser pessoa deve gerar transformação da comunidade.

O sétimo princípio “**Profundo Respeito pela Fragilidade e pelo valor do jovem – Pedagogia da Confiança**” está entrelaçado aos princípios da Centralidade da Pessoa, com a Racionalidade, com a Centralidade na relação.

O educador deve demonstrar que acredita no jovem. Sua presença deve ser de prevenção, sempre estimular o jovem à prática do bem num clima de confiança, no qual o respeito e a verdade devem ser a mola propulsora nesta relação.

Na ação educativa salesiana, como nos afirma Fonseca:

[...] é tarefa do educador salesiano facilitar ao educando o acesso aos bens perdidos. Ajudá-los a compreender o quadro que o envolve e acreditar que ele pode modificá-lo. Ajudar o educando a sentir-se senhor de sua vida e com vontade de usar a sua liberdade para crescer. (1999, p.78)

Dom Bosco se preocupava com a formação do “bom cristão e honesto cidadão”. Ele não dividia em partes, ora cristão, ora cidadão, não era uma dualidade, mas sim uma unidade. A pedagogia da confiança era meio de formar este bom cidadão-cristão.

O oitavo princípio **“Visão otimista e Responsável da Vida e de si mesmo – Pedagogia da Alegria articulada com a Pedagogia do dever”** nos fala da valorização da autoestima entre os jovens, principalmente aqueles que não têm perspectiva de vida devido a seu contexto.

Este princípio refere-se à alegria, à festa, ao lúdico, como expressão de imagem positiva, de levantar os ânimos dos jovens. A alegria é elemento essencial na preventividade. “A alegria é uma característica do espírito de família. Mais que um meio, a alegria é, para Dom Bosco, uma forma de vida”. (FONSECA, 1999, p.70).

O ambiente educativo salesiano oportuniza o clima de festa, de alegria e de trabalho. A alegria se expressa no pátio nos momentos de realização de várias atividades.

O nono princípio fala da **“Centralidade do Pátio – Pedagogia extraclasse , do lazer. Pedagogia do lúdico”** é o princípio que coloca a importância de estar no espaço do jovem, para conhecê-lo bem, em sua espontaneidade. Isso ocorre no Pátio, ou seja, “todo espaço ocupado pelo jovem, quando não está em alguma atividade formal”. (ibid, p. 33).

Um dos lugares privilegiados da educação segundo o Sistema Preventivo é o Pátio. É o local de convivência e amizade, uma vez que o jovem, num clima de alegria e desconcentração, educa-se. O pátio é o lugar dos jovens e do educador, lugar de encontro, onde brotam as verdadeiras amizades, confiança mútua e possibilidade de ajuda.

Dentro das perspectivas pedagógicas do Sistema Preventivo não se pode deixar de enfatizar a importância do lúdico, através dos jogos, danças, teatro, recreações, esporte, música, que são atividades educativas em que o educador, nesta convivência, conquista e ganha o coração dos jovens.

O décimo princípio **“Valorização da preparação técnico profissional – Pedagogia da Profissionalização. Pedagogia do Trabalho”**. O trabalho entendido como cumprimento do próprio dever, o que para Dom Bosco é de grande valor. Ele percebia a vida como um dever social, que deve ser cumprido com responsabilidade e, dessa forma, torna-se uma das grandes fontes de alegria e felicidade. Segundo Fonseca, “a alegria, trabalho e piedade são três círculos concêntricos que se abrange num só olhar”. (FONSECA 1999, p. 72).

Dom Bosco “via o trabalho como o futuro que esperava a cada um de seus jovens” (ibid, p.73), e dedicava-se a prepará-los para o mundo do trabalho, dando condições de enfrentar o mercado, ensinando-lhes um ofício inserido no mundo do trabalho.

De acordo com o autor, “Dom Bosco percebeu claramente a importância do trabalho, no presente e no futuro de seus jovens, como elemento indispensável para que pudesse ser ‘bons cristãos e honestos cidadãos’”. (ibid, p.73)

Para finalizar, o último princípio **“Opção pelo jovem, em especial o mais necessitado – Pedagogia Juvenil”** nos mostra a preocupação de Dom Bosco com os jovens, principalmente com aqueles pobres e abandonados, em busca de sua promoção. Na Carta de Roma (1884), podemos destacar os seguintes trechos que se referem a este princípio:

**[...] sois o único e contínuo pensamento de minha mente [...]
[...] Fiz tudo quanto soube e pude por eles, que são o amor de toda minha vida [...]
[...] que reconheçam quanto Superiores, professores e assistentes trabalham e estudam por amor deles, pois se não fosse pelo bem deles não se haviam de sujeitar a tantos sacrifícios [...]**

Dom Bosco tinha uma predileção especial pelos jovens que foram a fonte de seu trabalho, toda sua inspiração. Ele mesmo nos disse isso em seu ‘Boa Noite’, de agosto de 1863:

No meio de vocês me sinto bem. Minha vida é justamente estar com vocês. [...] Sou inteiramente para vocês dia e noite, da minha vida em todos os momentos. Não tenho outro objetivo senão procurar o que seja moral, intelectual e fisicamente vantajoso para vocês. (1863; MB VII, 503).

A opção pelo jovem é estar com ele, em seus tempos e lugares. A escolha pelo jovem, o amor e sua predileção por eles, devia-se à certeza de Dom Bosco de quão eles são importantes para Deus. Como também os jovens constituem elementos essenciais à sociedade e à Igreja.

Como afirma Fonseca (1999, p. 84), “Dom Bosco vê o jovem em sua integridade: cristão e cidadão”. Ele se preocupou com a juventude abandonada de seu tempo e como resposta, ele se dedicou a todos eles. E nós educadores devemos dar continuidade a este trabalho com amor e dedicação em prol dos jovens que necessitam do nosso apoio, nossa dedicação e orientação.

A inserção social, o exercício da cidadania, a sobrevivência, a realização da pessoa e também a atuação política exigem uma determinada qualificação profissional. Pelo que revela a tradição salesiana, os educadores intuíram esta exigência, mesmo que não tenham tratado explicitamente da questão da cidadania e de suas implicações para o processo educativo.

Esses princípios se resumem em amar os jovens e fazer deles o motivo de nosso trabalho, de nosso cotidiano, observando-os em diversos lugares. Nossa prática deve ser

baseada nesses princípios. O educador salesiano deve trazer consigo otimismo e confiança pautados no diálogo construtivo.

2.3. A relação entre a Pedagogia Salesiana e a Educação de Jovens e Adultos

A Pedagogia Salesiana no período de sua proposição, definiu como público alvo os jovens das camadas populares que migravam do campo para as cidades no período do pós-guerra em busca de trabalho. A história de vida daqueles jovens pouco se diferencia da realidade vivenciada pelos jovens e adultos para os quais a Educação de Jovens e Adultos, hoje, direciona-se. A juvenilização crescente que caracterizou os alunos da EJA se aproxima do perfil dos jovens para os quais os princípios humanistas que fundamentam a pedagogia de Dom Bosco se moveu. Por essa razão, eles permanecem atuais e, muito contribuiriam para o pleno desenvolvimento dos jovens na sua busca de formação para a vida e para o trabalho.

A Pedagogia Salesiana desde o século XIX, faz sua opção pelos jovens, cuja situação de existência é precária, faltando-lhes as condições básicas de sobrevivência, tais como: alimento, trabalho, habitação. Dom Bosco, ao se deparar com a realidade desses jovens, buscou traçar uma pedagogia educacional que prevenisse o mal por meio da valorização da confiança e do bem que existe no coração desses jovens e que desenvolvesse suas potencialidades e construísse a identidade de cada um. Segundo Fistarol (2009, p.31), essa pedagogia educacional, que está na base da educação salesiana adotada até nossos dias; preocupa-se em formar “pessoas solidárias, cidadãos ativos e responsáveis, pessoas abertas aos valores da vida e da fé, homens e mulheres capazes de viver com sentido, alegria, responsabilidade e competência”, dando condições a cada um de buscar sua dignidade pessoal.

É possível perceber que, no Brasil, tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), no que define a respeito da Educação de Jovens e Adultos, quanto o Parecer do CNE/CEB nº 11/2000, em suas proposições, refletem os fundamentos da Pedagogia Salesiana sobre a qual as propostas pedagógicas estão construídas.

O papel da educação de jovens e adultos é atender às múltiplas e variadas necessidades educativas, dando prioridade aos setores sociais que se encontram em contextos mais vulneráveis. Uma educação que dê prioridade, acima de tudo, ao homem considerando todas as suas dimensões. Aspecto que se coaduna com aquele que apresenta identidade com princípios salesianos.

Em uma análise comparativa entre os princípios da Pedagogia Salesiana e os aspectos legais da Educação de Jovens e Adultos, será possível constatar que alguns artigos da LDBEN, Lei nº 9394/96 guardam semelhanças com a proposta da Pedagogia Salesiana. Dentre eles, pode-se destacar:

I. Art. 2º: preceitua que a educação é dever da família e do Estado pautando-se “nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sobre isso, a Pedagogia Salesiana preconiza que a **valorização da preparação técnico-profissional – pedagogia do trabalho** é o elemento indispensável para que se possa exercer a cidadania. Sendo assim, a educação deve se dedicar à preparação do jovem para o mundo do trabalho para que este esteja em condições de enfrentar seus desafios.

II. Art. 22: está estabelecido que a educação básica deve assegurar ao aluno a “formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Por sua vez, a Pedagogia Salesiana preceitua que o **princípio da atenção à globalidade da vida, às exigências do jovem e o princípio da valorização do protagonismo juvenil (pedagogia da ação – da participação – do associonismo)** preocupa-se com a promoção dos jovens por meio da formação da pessoa no convívio humano e social e valoriza o desenvolvimento de seu projeto de vida, tornando-o protagonista do processo de construção do conhecimento, comprometido com a história e com o exercício da cidadania. Vê o jovem na totalidade de sua vocação, despertando sua capacidade de autorrealização. Desse modo, atenta para a formação integral dos jovens e sua participação para o crescimento pessoal, comprometido com o ser pessoa gerando transformação da comunidade em que está inserido.

III. Art. 37, § 1º, refere-se aos jovens e adultos e consigna que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

A seu turno, a Pedagogia Salesiana defende o **princípio da pessoa humana na pedagogia personalista e humanista**, que considera os interesses e as diferenças do alunado, respeita suas fases de desenvolvimento e suas necessidades. Esse princípio se preocupa com os jovens e seu crescimento pessoal e social. Outra preocupação desse princípio é desenvolver

o trabalho como meio de crescimento pessoal do educando, com a construção do ser pessoa, sua autonomia, valorização da sua autoestima, desenvolvimento das potencialidades. Dessa forma, pensa-se na preocupação integral dos jovens e nas suas condições para o desenvolvimento de seu trabalho. Esse princípio está voltado para formação dos jovens, como verdadeiros cidadãos no cumprimento de seu dever. Por meio desse princípio, prepara-se o jovem para enfrentar a vida, cumprir com o seu dever e habituar-se ao trabalho.

Outro princípio, ainda, que se relaciona ao artigo 37 é o da opção pelo jovem, em especial o mais necessitado – Pedagogia juvenil, pois demonstra a preocupação principalmente com aqueles que estejam em situação vulnerável e que necessitam de apoio, dedicação e orientação, em busca de sua promoção. Essa preocupação se dá por entender que estes jovens constituem elementos essenciais à sociedade.

Portanto, existem aproximações várias entre os perfis dos sujeitos a que a proposta de Dom Bosco, sistematizada na Pedagogia Salesiana, propôs-se a atender e o dos jovens e adultos que hoje buscam a EJA. Isso que conduz à reflexão de que é possível adotar seus princípios na formação dos jovens e adultos que buscam a escola para se inserirem no mundo do trabalho e exercerem seu papel de cidadãos conscientes, produtivos e participativos.

A experiência dos jovens e adultos no Colégio Estadual Benta Pereira em Campos dos Goytacazes, cenário da pesquisa realizada será o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO III

EXPERIÊNCIA DOS JOVENS E ADULTOS NO COLÉGIO ESTADUAL BENTA

PEREIRA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ, BRASIL

A sociedade atual exige cada vez maior escolaridade do indivíduo, de modo que possa diminuir o abismo existente entre os grupos sociais, e com acesso à educação, ele possa adquirir melhor compreensão da realidade que o cerca, dando condições de maior atuação.

A responsabilidade do Estado se evidencia quanto proporcionar condições para que aqueles que não tiveram condições de acesso à escola básica na idade regular possam fazê-lo. De acordo com a Constituição Federal de 1988, apresentada no capítulo II deste estudo, a educação Básica é obrigatória e gratuita, inclusive, para aqueles que não tiveram a oportunidade de cursá-los em idade considerada própria. O mesmo preceito fundamenta os capítulos da LDBEN nº 9.394/96 relacionados à EJA.

A Educação de Jovens e Adultos, na rede estadual de ensino do estado do Rio de Janeiro, oferece Ensino Fundamental e Médio, cursos presenciais e semipresenciais. Nos cursos presenciais, cada série tem a duração de 06 (seis) meses. Já os cursos semipresenciais são oferecidos nos Centros de Estudos Supletivos (CES) e Núcleos Avançados dos Centros de Estudos Supletivos (NACES). Neles, os alunos têm a oportunidade de concluir a Educação Básica, por meio de avaliação contínua, utilizando apostilas como recursos didáticos⁸.

A rede estadual de ensino, de acordo com as ofertas de matrículas na EJA, constitui-se na principal mantenedora da oferta de matrículas para os ensinos Fundamental e Médio, tanto nos cursos presenciais, como nos semipresenciais com presença flexível. Como a Tabela 1 expõe:

⁸ . Dados da SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação. Disponível em:< www.educacao.rj.gov.br> [Consulta: 11 de outubro de 2010]

Tabela 1:

Estado do Rio de Janeiro: Número de matrículas na educação de jovens e adultos nos cursos presenciais e semipresenciais de Ensino Fundamental e Médio, segundo a dependência administrativa – 2006 a 2008.

Dependência Administrativa	Cursos presenciais			Cursos semipresenciais		
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Federal	-	-	-	--	-	-
Estadual	128.843	44.189	173.032	69.846	87.149	156.995
Municipal	98.859	2.086	100.945	975	880	1.855
Privada	9.636	27.213	36.849	760	2930	3.690
Total	237.338	73.488	310.826	71.581	90.959	162.540
Dependência Administrativa	2007	2007	2007	2007	2007	2007
Federal	91	58	149	-	-	-
Estadual	118.930	62.228	181.158	43.375	62.316	105.691
Municipal	93.740	3.259	96.999	1.519	701	2.220
Privada	5.789	12.350	18.139	315	2.128	2.443
Total	218.550	77.895	296.445	45.209	65.145	110.354
Dependência Administrativa	2008	2008	2008	2008	2008	2008
Federal	95	-	95	-	-	-
Estadual	118.954	78.434	197.388	46.779	78.533	125.312
Municipal	97.783	3.037	100.820	1.945	778	2.723
Privada	6.192	16.521	22.713	313	1.824	2.137
Total	223.-24	97.992	321.016	.49.037	81.135	130.172

Fonte: MEC/INEP/Sinopse estatística da Educação Básica 2006/2007/2008.

A análise da Tabela 1 assinala que o total de matrículas na EJA mostra um crescimento de 14,0% nos cursos presenciais na esfera estadual, enquanto que as matrículas de responsabilidade da rede municipal, no período de 2006-2008 apresentaram um comportamento oscilante. Esse crescimento na rede estadual deveu-se basicamente à ampliação da EJA/ cursos presenciais no Ensino Médio, que apresentou um aumento, naquele período na ordem de 77,4%. Podemos, ainda, observar que vem ocorrendo uma redução de

matrículas, principalmente nos cursos semipresenciais, apesar de expressiva parte da população não possuir o Ensino Fundamental.

A EJA deve ter, em seu programa, a finalidade de tornar a educação “um passaporte para o exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida”⁹.

Nos cursos presenciais da EJA fazem-se necessárias metodologias e materiais didáticos apropriados à especificidade do atendimento desse público, de modo que os jovens e adultos tenham uma formação de qualidade adequada as suas características, interesses e condições de vida e de trabalho (LDBN, art. 37 parágrafo 1º), para que possam atuar na sociedade atual com maior criticidade e preparados para os desafios que possam vir a enfrentar. Essa exigência reclama por professores qualificados que estejam aptos a lecionar para estes jovens e adultos que possuem uma trajetória de vida e bagagem de conhecimentos construídos em outros espaços extra-escolares. Desse modo, podemos oferecer aos jovens e adultos a oportunidade para uma vida nova e mais satisfatória, além de um certificado de escolaridade.

Dentre as instituições de ensino da rede pública estadual que ofertam a EJA, está o Colégio Estadual Benta Pereira onde a pesquisa se desenvolveu.

3.1. Histórico do Colégio Estadual Benta Pereira em Campos dos Goytacazes / RJ, Brasil

O Colégio Estadual Benta Pereira situado na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, fundado em 11 de novembro de 1911, com sede à Rua Antônio Neves, 148, é órgão integrante da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro e tem por finalidade difundir e aprimorar o ensino na comunidade em que está inserido, em consonância com as diretrizes e bases da Educação Nacional e em conformidade com as metas, planos e programas do Governo do Estado.

Localizado na periferia da cidade, no Bairro Jardim Carioca, abrange uma grande área de moradores. A escola é tradicional, nas imediações inexistem outras Unidades Escolares Estaduais e Municipais que atendam à clientela do Ensino Fundamental e Médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. Seu nome presta homenagem à heroína campista **Benta Pereira** que, com sua história de luta, defendeu o município da prepotência dos maus governantes, escrevendo seu nome como um vulto importante e sendo reconhecida há mais de dois séculos pelos habitantes da cidade.

⁹ Dado do Plano Estadual de Educação do Rio de Janeiro (uma proposta) de Magno Aguiar Maranhão. Disponível em: <www.magnomaranhao.pro.br/plano_estadual.pdf> [Consulta: 15 de outubro de 2010]

Por se localizar em um bairro de população de baixa renda, havia uma clientela formada, em sua maioria, por adolescentes e adultos necessitados de escolaridade. Para atender aos apelos da comunidade, foi implantado em 1963, o Ensino Supletivo, que veio suprir, em quadrimestres, as necessidades educacionais do Curso de Alfabetização à V Fase do Curso Ginásial em horário noturno.

Em 1986, implantou-se o 2º Grau, tanto diurno quanto noturno, com Cursos de Formação de Professores e Técnico em Serviços Bancários. Com este nível de ensino, foi substituído o nome Escola Estadual Benta Pereira por Colégio Estadual Benta Pereira. Em 1990, no turno noturno, encerra-se o Curso Técnico em Serviços Bancário e dá-se início ao Curso de Formação Geral e uma turma de Curso de Formação de Professores. Em 2001, o Colégio Estadual Benta Pereira amplia a oferta, para o atendimento de jovens e adultos com o ensino fundamental nas últimas séries, completando este nível de ensino.

Em 2005, houve a extinção de turmas do Curso Regular noturno e, por meio da Resolução 3049/2006, do Conselho Estadual de Educação (CEE), dá-se a implementação do Curso de Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

O Colégio Estadual Benta Pereira há mais de 90 anos vem promovendo a educação, e se fez presente na vida dos vários moradores da comunidade. Atualmente, atende a 1745 alunos matriculados, sendo estes de classe média e média baixa, residentes no próprio bairro onde a escola está localizada e em bairros vizinhos. O colégio funciona em três turnos, sendo: turno da manhã – ensino médio regular e educação de jovens e adultos; turno da tarde – ensino fundamental regular e turno da noite – ensino fundamental e ensino médio educação jovens e adultos. Como a Tabela 2 expõe:

Tabela 2
Quantitativos de alunos do Colégio Estadual Benta Pereira em 2010.

COLEGIO ESTADUAL BENTA PEREIRA					
ENSINO FUNDAMENTAL 2º SEGMENTO		ENSINO MÉDIO		TOTAL DE ALUNOS	
REGULAR	EJA	REGULAR	EJA	REGULAR	EJA
541	317	341	546	882	863

Fonte: Dados da Coordenadoria Regional do Norte Fluminense I, Campos dos Goytacazes / Rio de Janeiro – Brasil (Quantitativo de alunos de nossa abrangência – 2010).

O prédio tem 2.509 m² de área construída. Em suas instalações há 25 salas de aula, sala de professores, secretaria, biblioteca, sala da direção, sala de vídeo, almoxarifado,

despensa, refeitório amplo, cozinha, sanitários (sendo 04 masculinos e 05 femininos), pátio, auditório, cantina, quadra coberta, laboratório de informática (com internet), laboratório de ciências. A instituição tem como princípio proporcionar aos estudantes um ambiente de aprendizagem, que oportunize o crescimento e desenvolvimento pessoal e local.

3.1.1. Característica da comunidade escolar

Foto Satélite



Fonte: GoogleEarth. Data da imagem 22/04/2010 Map Link/teleAtlasimage2010GeoEye.

O Bairro Jardim Carioca, onde o Colégio Estadual Benta Pereira está inserido, é residencial, suas casas são de alvenaria, possui igrejas de vários credos, um Posto de Emergência, mais conhecido por “Sandú de Guarús” e vários Postos de Saúde, salões de festas, pequenos comércios, mini-mercados, padarias, açougues, hortifruti, entre outros serviços. Suas ruas são calçadas e asfaltadas, com galerias pluviais e algumas ruas possuem esgoto. Há também escolas públicas municipais e particulares. O transporte urbano é feito por algumas empresas. Perto da Escola situa-se um ponto de ônibus que serve aos alunos da Escola.

Encontra-se também uma agência da Caixa Econômica Federal, um caixa eletrônico do Banco Itaú. Duas praças, Santo Antônio e São Cristóvão, são espaços de lazer.

O Colégio Estadual Benta Pereira é uma instituição educativa que tem como missão ensinar e educar. Desta forma, procura assegurar que seus estudantes adquiram conhecimentos, relevantes para o seu pleno desenvolvimento intelectual, mas que também sejam úteis para a sua vida em sociedade. Os valores educacionais que defendem incluem o

respeito e a tolerância pelo outro, pelas leis do país e outros ideais de convivência e formação da cidadania.

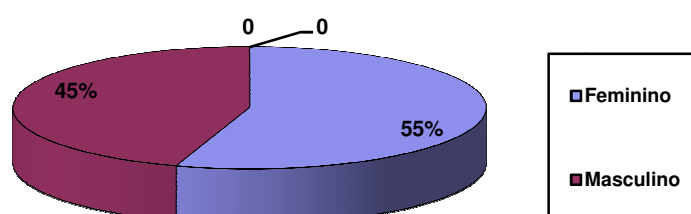
Acredita-se ser importante criar uma nova mentalidade que produza mudanças fundamentais na forma de pensar, viver, produzir e criar de toda a comunidade escolar. Oferecer ensino de qualidade por meio de currículo vivo e inovador, norteado por um trabalho de construção de nova sociedade, em que não haja espaço para a violência e tendo como meta a construção do sujeito ético, autônomo, solidário, crítico e transformador favorece que estudantes ingressem mais capacitados na vida social e do trabalho.

É nesse espaço do Colégio Estadual Benta Pereira que estudantes jovens e adultos têm sua trajetória escolar em construção e sobre a qual será emitida análise.

3.2. Perfil dos Alunos da EJA no Colégio Estadual Benta Pereira

Ao realizar a investigação sobre o perfil dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA do Colégio Estadual Benta Pereira, foi possível constatar que:

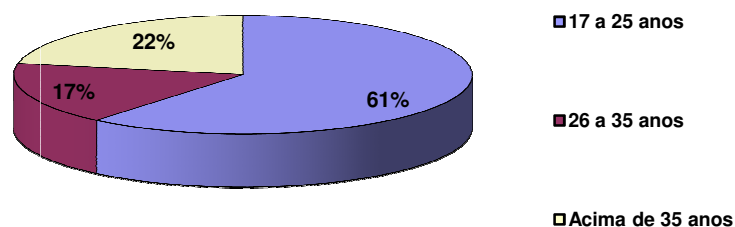
GRÁFICO 1 - Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA por Sexo



Fonte: a autora.

Dos estudantes pesquisados, há uma predominância do sexo feminino num percentual de 55% e 45% do sexo masculino.

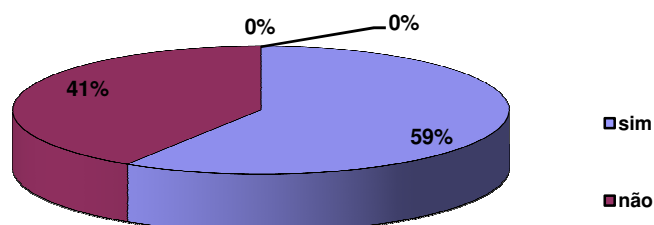
GRÁFICO 2 - Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA por faixa etária



Fonte: a autora.

Analisando os dados dessa pesquisa, os resultados evidenciam que 61% pertencem à faixa etária que varia de 17 a 25 anos. A predominância dessa faixa etária na modalidade EJA se dá, como indica este estudo por oferecer conclusão rápida do Ensino Médio que possibilita condições de continuidade de seus estudos, buscando, assim, formação em cursos técnico-profissionalizantes ou curso superior. 17% na faixa etária de 26 a 35 anos e 22 % são estudantes acima de 35 anos. Nesta faixa etária, é maior a presença de alunos que buscam recuperar o tempo perdido e pela necessidade de escolaridade para se manterem ou entrarem no mundo do trabalho.

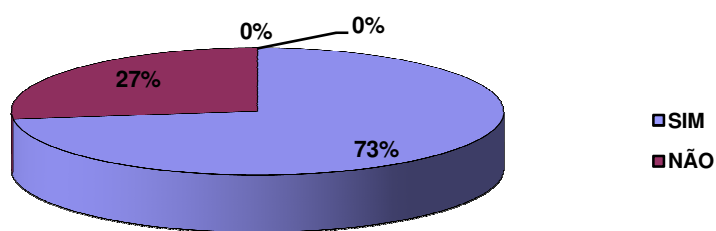
GRÁFICO 3 - Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA que exercem Atividade Remunerada



Fonte: a autora.

Ao analisar o gráfico 3, constatamos que 59% desses alunos exercem atividade remunerada, enquanto que 41% não trabalham.

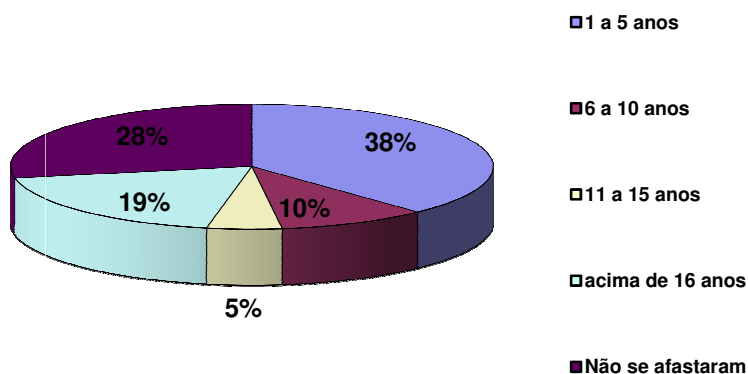
GRÁFICO 4 - Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA no índice de abandono escolar



Fonte: a autora.

Dentre os alunos analisados na EJA do Colégio Estadual Benta Pereira, a grande maioria, ou seja, 73% abandonaram a escola, enquanto que 27% se mantiveram na escola.

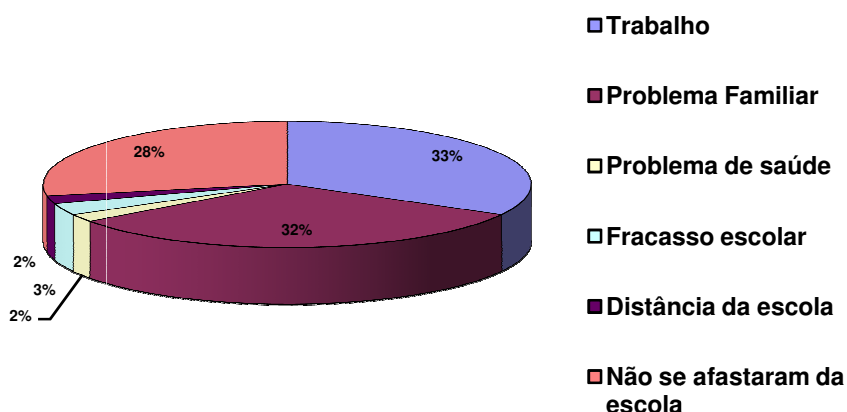
GRÁFICO 5 - Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA por tempo de abandono escolar.



Fonte: a autora.

Constatou-se que prevalece um quantitativo de 38% de estudantes que abandonaram a escola por um período de 1 a 5 anos; 10% se afastaram por 6 a 10 anos; 5% por 11 a 15 anos; 19% acima de 16 anos; não se afastaram da escola 28%, mas estão cursando a EJA ou porque sofreram reprovação, ou por buscarem uma modalidade de ensino de conclusão rápida.

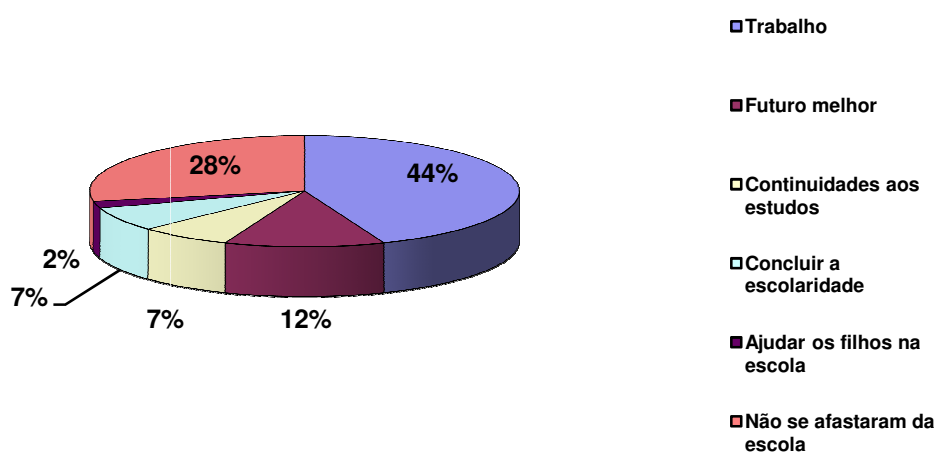
GRÁFICO 6 - Motivo do abandono escolar



Fonte: a autora.

Os resultados demonstrados no gráfico 6 permitem constatar que 32% abandonaram a escola por causa do trabalho, 32% por problemas familiares, 2% por problemas de saúde, 3% por fracasso escolar, 2% por causa da distância casa/ escola e 28% foram os que não abandonaram a escola.

GRÁFICO 7 - Distribuição dos alunos do Ensino Médio da modalidade EJA que regressaram à escola, segundo suas expectativas.

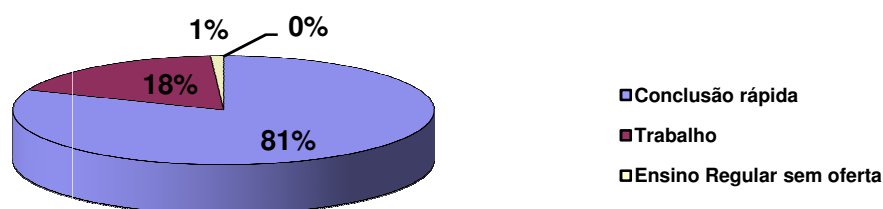


Fonte: a autora.

Os estudantes que reingressam principalmente pela necessidade de escolaridade para acesso ao mundo do trabalho, abrangem 44%, pois desse percentual alguns alunos buscam a

progressão funcional e outros a ascensão salarial. 12% procuram essa escolaridade para alcançarem um futuro melhor, outros 7% desejam dar continuidade aos seus estudos, e, finalmente, 2% para ajudarem os filhos na escola. 28% não se afastaram da escola.

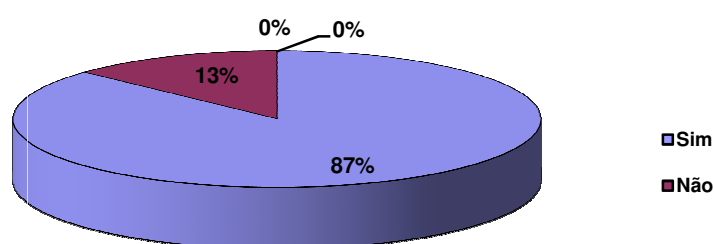
GRÁFICO 8 - Escolha pela modalidade Educação de Jovens e Adultos



Fonte: a autora.

Os resultados demonstrados no gráfico 8 comprovam que 81% escolheram a modalidade EJA por se tratar de uma escolaridade de conclusão rápida, 18% por causa do horário de trabalho e apenas 1% cursa a EJA porque não completou curso de Ensino Regular no 3º turno.

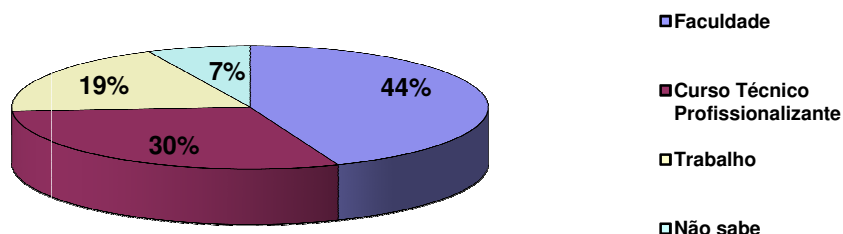
GRÁFICO 9 - Expectativas da modalidade EJA



Fonte: a autora.

Os resultados demonstram que 87% dos alunos consideram que a modalidade EJA atende as suas expectativas e 13% afirmam que não atende.

GRÁFICO 10 - Expectativas após o término do curso



Fonte: a autora.

Os resultados obtidos no gráfico 10 demonstram que os alunos querem dar continuidade a seus estudos: 44% por meio de uma graduação e 30% com o curso técnico profissionalizante. Ainda observamos que 19% dos alunos querem melhores ofertas de trabalho e 7% não sabe ainda o que fazer ao concluir a modalidade EJA.

De acordo com os resultados deste estudo, desvela-se que os alunos que procuram a modalidade Educação Jovens e Adultos no Colégio Estadual Benta Pereira, em sua maioria, estão na faixa etária de 17 a 25 anos; abandonaram a escola por motivos de trabalho, por problemas pessoais, como: gravidez, casamentos, filhos, mudança de cidade e são predominantemente do sexo feminino (55%). 59% exercem atividade remunerada.

Temos evidência de que os alunos procuram a modalidade EJA por tratar-se de escolaridade de conclusão rápida e muitos pretendem dar continuidade aos estudos buscando ingressar em cursos superiores de graduação ou nos cursos técnico-profissionalizante para melhor qualificação, e assim, inserirem-se no mundo do trabalho.

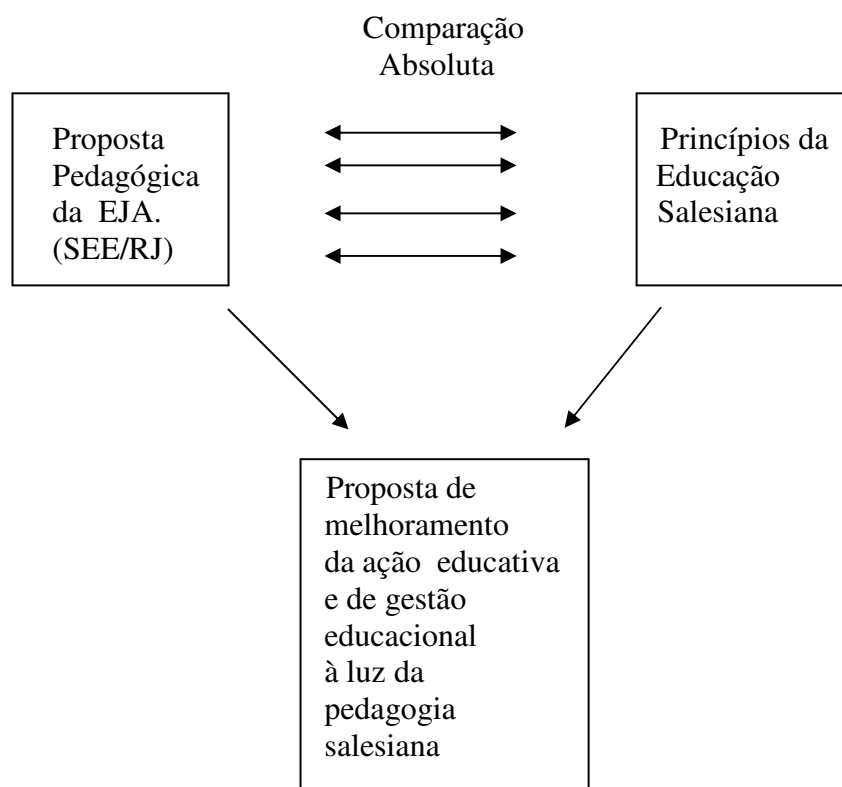
3.3. Metodologia e resultados

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, configurando-se num estudo de caso, que busca retratar a realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertada no Colégio Estadual Benta Pereira, situado no Município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro. O foco do estudo se dirige a analisar que

princípios salesianos podem ser encontrados no traçado pedagógico para a formação do jovem e adulto trabalhador da EJA no Colégio Estadual Benta Pereira.

O quadro que se segue sintetiza o enfoque dado à pesquisa:

Quadro 1: Enfoque da pesquisa.



Fonte: adaptado de Nogueira (1971)¹⁰

Esse modelo deu ênfase a dois procedimentos: descrição e julgamento da escolarização oferecida.

A comparação absoluta envolveu o julgamento pessoal de alunos, professores e coordenadores. Todo estudo desenvolvido favoreceu a construção de proposta de melhoramento da ação educativa e de gestão educacional à luz da Pedagogia Salesiana.

A opção pela abordagem qualitativa se baseou em Bogdan e Biklen (1982), citado por Lüdke e André (1986, p.11), ao afirmarem que: “a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada”.

¹⁰ NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida. Estudo da adequação da formação de técnicas em estruturas navais às expectativas do sistema empresarial. Dissertação de mestrado Faculdade de educação. Universidade do Rio de Janeiro, 1977.

Assim, trabalhou-se em contato direto com os sujeitos envolvidos na investigação. Também, no estudo de caso, de acordo com Lüdke e André (idem, p.19):

O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo. Esse tipo de abordagem enfatiza a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes.

Desse modo, por meio do estudo e do contato direto com os sujeitos e o ambiente da pesquisa, pode-se situar o problema em seu contexto mais amplo, observando-se as inter-relações destes com os aspectos sociais e culturais próprios, os quais se evidenciam no Colégio Estadual Benta Pereira, campo onde se desenvolveu a presente pesquisa, ao se analisar como se dá a ação educativa. A escola oferece o ensino básico, do sexto ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, tanto regularmente como na modalidade da EJA, cuja clientela é de estudantes da classe trabalhadora. Apesar de anunciar sua opção por uma gestão escolar democrática, que pressupõe desenvolvimento do trabalho de forma integrada e harmônica com participação ativa do pessoal técnico-administrativo e corpo docente, ainda carece da participação de outros atores sociais que compõem o cenário escolar nas tomadas de decisão, na atualização do regimento escolar, bem como sua publicização a toda comunidade escolar.

Observa-se que a relação docente-discente nem sempre favorece o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da EJA, pois muitos professores não estão preparados e qualificados para trabalharem com esse público, não proporcionando uma educação com visão crítica e vinculação ao mundo do trabalho. Não há oferta de cursos de formação profissional, tão desejados por esses estudantes. Apesar de existirem laboratórios de ciências e de informática, estes ficam ociosos já que não são utilizados por alunos e professores, não promovendo o encontro destes com as novas tecnologias utilizadas amplamente no mundo social e no trabalho. Fato que alimenta a exclusão social destes jovens e adultos, que permanecem incapazes de se adaptarem à nova realidade, exigida pela sociedade do trabalho.

Numa primeira etapa, considerando os objetivos que se pretendeu atingir, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a escola na sociedade atual e a forma como a educação de jovens e adultos se relaciona nesse contexto, recorrendo-se, inclusive, ao meio eletrônico (internet), de modo a ampliar o campo de investigação. Nessa etapa, pretendeu-se identificar elementos de análise dos conceitos e pressupostos dos autores mais relevantes da atualidade no campo das discussões sobre o tema deste estudo.

Numa segunda etapa, procedeu-se ao levantamento de dados relativos à EJA do Colégio Estadual Benta Pereira em Campos dos Goytacazes/RJ – Brasil, junto à Secretaria da Escola, por meio dos diários das turmas.

Numa terceira etapa, realizou-se a coleta de dados por meio da aplicação de questionários com perguntas abertas, preparadas especificamente para este estudo. A escolha por perguntas abertas se deu por entender que elas permitem um direcionamento ao objetivo que se pretende alcançar sem, no entanto, se prender a uma rigidez que empobreça os conteúdos da investigação. E, por meio de entrevista semi-estruturada, obteve-se os dados advindos dos gestores e professores da EJA.

Participaram das entrevistas: o coordenador pedagógico, a diretora e uma amostra de 20% dos professores da EJA, que aparecem no presente estudo identificadas pelas letras A; B; C; D; E; F; G; H; para resguardar suas identidades. Os questionários foram aplicados a uma amostra de 10% dos alunos matriculados no Ensino Médio do Colégio Estadual Benta Pereira, num total de oitenta e seis indivíduos, selecionados aleatoriamente, que serão denominados pelos números 1; 2; 3; 4 [...] para sigilo de suas identidades.

Ao direcionar a pesquisa a gestores e professores, o objetivo foi conhecer e analisar a percepção desses atores sobre o papel da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, considerando-se o perfil de seus destinatários, ou seja, aquelas pessoas que não puderam, na idade própria, concluir a escolaridade e que buscam a conclusão acelerada dos estudos e consequentemente o ingresso no mercado de trabalho.

Os dados coletados, junto aos alunos, permitiram analisar se esta modalidade de ensino atende as suas expectativas e se a proposta pedagógica adotada contempla o desenvolvimento integral do aluno conforme também preconiza a proposta salesiana.

Dados quantitativos foram utilizados apenas para subsidiar a análise qualitativa pretendida. O estudo dos dados qualitativos realizou-se com base nas falas que, segundo Silva, Gobbi, Simão (2004, p.70), permite

A identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da interpretação de realidade do grupo estudado.

3.4. Sobre o direito à educação, formação para o trabalho a partir dos princípios da pedagogia salesiana

A partir dos dados coletados, buscou-se analisar a experiência da Educação Jovens e Adultos (EJA) no Colégio Estadual Benta Pereira, em Campos dos Goytacazes / RJ, Brasil, à luz da Pedagogia Salesiana para o que se utilizou a pesquisa bibliográfica. Obteve-se por meio dos questionários aplicados aos alunos do Ensino Médio da EJA e os informes contidos nas entrevistas feitas com as gestoras (diretora e coordenadora pedagógica) e professores, informações que permitiram chegar às seguintes categorias de análise que conduziram a investigação: o direito de todos à educação, especialmente dos jovens e adultos; a formação para o mundo do trabalho e os princípios da Pedagogia Salesiana. A preocupação com direito à educação e à formação profissional se manifestou na pesquisa.

Na fala da coordenadora pedagógica pôde-se evidenciar preocupação com esse aspecto ao mencionar que:

[...] a distorção série/idade é um dos motivos que faz com que exista esta modalidade de ensino, os cidadãos precisam trabalhar, estão com idade para o trabalho, mas não possuem escolaridade, pois os campos de trabalho estão exigindo uma melhor qualificação para o trabalho. A maioria dos cursos preparatórios exige o 2º grau, e um meio mais rápido para o cidadão possuir o 2º grau é fazer a Educação de Jovens e Adultos.

Portanto, existe a consciência de que é na escola que esses jovens e adultos depositam suas esperanças. Ao serem questionados sobre o tema, dos oitenta e seis alunos aos quais foi aplicado o questionário, 44% responderam que retornam à escola na expectativa de recuperar seus estudos em nível de ensino médio e se prepararem para o ingresso no mercado de trabalho. Dentre as respostas, destacamos os depoimentos dos alunos:

Para acelerar os estudos porque além de ser a noite, porque eu trabalho de dia e esse trabalho é muito fraco eu quero coisa melhor, por isso que eu quero terminar os estudos. (Aluno 5 -23 anos)

Para tentar recuperar o tempo perdido na série, como eu disse o 2º grau é muito pedido no mercado de trabalho, mas não pretendo parar, quero continuar até buscar vários conhecimentos. (Aluno 6 - 33 anos)

Pois estou trabalhando e quero acabar o mais rápido possível, pois todas as empresas estão pedindo o 2º grau. (Aluno 7 - 19 anos)

Para poder terminar mais rápido os estudos para poder ter um bom serviço. (Aluno 8 -18 anos)

Atualmente as necessidades são grandes e o mercado de trabalho exige muito mais e cada vez mais. (Aluno 9 – 35anos)

Os dados da pesquisa apontaram ainda para a preocupação que a direção do colégio, bem como seu corpo docente, revela sobre o papel da escola na garantia do direito dos estudantes jovens e adultos à formação que lhes permita inserir-se no mundo do trabalho e adquirirem as plenas condições para participação cidadã.

Gestores do Colégio Estadual Benta Pereira revelaram em suas falas o reconhecimento de que é a escola o espaço em que alunos jovens e adultos têm a oportunidade de retomarem o caminho formativo. Esses gestores consideram, também, que a EJA insere-se no contexto da escola atual, e como tal tem papel fundamental não só no resgate como também o de assegurar o direito. Sobre isso afirmaram que a escola:

Oferece ao aluno em situação de defasagem série-idade a oportunidade de resgatar o tempo perdido em seu processo ensino- aprendizagem, possibilitando-lhe o desenvolvimento de potencialidades relevantes ao mercado de trabalho, que exige desse aluno uma formação acadêmica sustentável à sua inserção neste campo.

E, ainda:

O papel da escola na sociedade atual é preparar o aluno para a vida no que concerne ao social, tornando-o um ser crítico, capaz de exercer de maneira plena sua cidadania, engajado num processo de crescimento intelectual, assim como inseri-lo em um contexto preparatório para o mercado de trabalho de forma ampla e satisfatória

A Coordenadora Pedagógica apontou para a importância da escola, quando disse que o papel dessa instituição na sociedade atual “é de suma importância, porque a sociedade está constantemente mudando, cada vez mais exigindo mais cidadãos eficientes, preparados, qualificados e com escolaridade e quem tem a obrigação de preparar esses cidadãos para a exigência desta sociedade é a escola”.

Sobre o papel desempenhado por essa instituição escolar na preparação para o mundo do trabalho, observou-se o sentimento de que sem escolaridade não se consegue ingressar no trabalho. Esse pensamento esteve presente na fala dos estudantes que, sobre isso, assim se expressaram:

[...] o estudo me fez muita falta no momento em que arrumei um emprego legal e não pude pegar por não ter o 2º grau completo. (Aluno 1, 27 anos)

Voltei a estudar para buscar melhorias de vida onde sem estudo não consigo, tenho que me qualificar em uma profissão. (Aluno 2, 36 anos)

[...] com o estudo posso ter uma profissão digna, e arrumar um bom emprego e me formar, [...] (Aluna 3, 31 anos)

O estudo é uma ferramenta fundamental para que se consiga alcançar os objetivos. (Aluna 4, 26 anos)

Também ao analisar a Educação Jovens e Adultos à luz dos princípios da Pedagogia Salesiana, os dados da pesquisa permitiram observar pontos de identidade, conforme demonstrado do quadro 1.

QUADRO 2 - Princípios da Proposta Pedagógica Salesiana e Princípios da Educação de Jovens e Adultos

PEDAGOGIA SALESIANA	EJA
Educação deve se dedicar à preparação do jovem para o mundo do trabalho para que esta esteja em condições de enfrentar seus desafios. Pedagogia do trabalho – valorização da preparação técnico-profissional, elemento indispensável para que se possa exercer a cidadania;	Educação é dever da família e do Estado Princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 2ª da LDBEN, Lei nº 9394/96)
- Princípio da atenção à globalidade da vida, às exigências do jovem; - Princípio da valorização do protagonismo juvenil (pedagogia da ação – da participação – do associacionismo); - Promoção do jovem por meio da formação da pessoa no convívio humano e social; - Valoriza o desenvolvimento de seu projeto de vida, tornando-o protagonista do processo de construção do conhecimento, comprometimento com a história e com o exercício da cidadania; - Vê o jovem na totalidade de sua vocação, despertando sua capacidade de autorrealização; Preocupa-se com a formação integral dos jovens e sua participação para o crescimento pessoal, comprometido com ser pessoa gerando transformação da comunidade em que está inserido.	Formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (Art. 22)
- Princípio da pessoa humana na pedagogia personalista humanística considera os interesses e diferenças do alunado, respeita suas fases de desenvolvimento e suas necessidades. Preocupa-se com os jovens e seu crescimento pessoal e social. Outra preocupação dele é desenvolver o trabalho como meio de crescimento pessoal do educando, com a construção do ser pessoa, sua autonomia, valorização de autoestima, desenvolvimento das potencialidades. Dessa forma, pensa-se na preocupação integral dos jovens e nas suas condições para o desenvolvimento de seu trabalho. O referido princípio está voltado para formação dos jovens, como verdadeiros cidadãos no cumprimento de seu dever. Por meios deste princípio prepara-se o jovem para enfrentar a vida, cumprir com o seu dever e habituar-se ao trabalho; - Princípio da opção pelo jovem, em especial o mais necessitado – Pedagogia juvenil, pois demonstra a preocupação, principalmente, com aqueles jovens pobres e abandonados, ou seja, em situação vulnerável que necessitam do nosso apoio, dedicação e orientação, em busca de sua promoção. A Pedagogia salesiana preocupa-se com os interesses imediatos dos jovens, sua situação social, sua profissionalização e suas responsabilidades futuras. Não se detém em sentimentalismo e <i>pietismo</i>.	- Os sistemas de ensino assegurarão, gratuitamente, aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (Art. 37, § 1º, da LDBEN) [...] A nova concepção da EJA significa, pois, algo mais do que uma norma programática ou um desejo piedoso. A sua forma de inserção no corpo legal indica um caminho a seguir. (PARECER CNE/CEB 11/2000)

Fonte: A autora.

A comparação conduz à constatação de que predomina o pensamento de que o jovem e adulto deve ser conduzido a descobrir e potencializar suas capacidades físicas, intelectuais e afetivas, aceitando as próprias qualidades e limitações, desenvolvendo o sentido ético, descobrindo o próprio projeto de vida, que ampliem a dimensão sociopolítica para encontrar o sentido da sua vida, no serviço e compromisso pessoal e social com a comunidade humana em que vive.

Nesse paradigma, a pessoa deve ser ajudada a promover-se integralmente, em todas as dimensões: somática, psíquica, espiritual.

Da análise dos documentos, pôde-se extrair outro argumento que enfatiza esta reflexão. É o que o Artigo 22 da LDBEN estabelece ao assinalar que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (LDBEN, Lei nº 9394/96, Art. 22)

Na fala da Coordenadora Pedagógica isso se evidencia. Diz ela:

EJA vem dar oportunidade de estudo para aqueles que não puderam estudar na idade própria, portanto, promove nestas pessoas oportunidades de competição, de melhoria na condição de vida, possibilidades de continuar estudando e trabalhando em empregos, que lhe satisfaçam como pessoas dignas e que fortaleçam sua estima.

Julgamento que se confirma, também, nas falas dos professores ao verbalizarem que a EJA, como modalidade de ensino, pode ajudar os jovens e adultos a descobrirem novos caminhos para sua construção pessoal:

[...] volto a dizer que os mais adultos descobrem um novo sentido para a vida pessoal e social, se sintam mais cidadãos. (professor F)

Acredito que o curso EJA pode trazer sim um acréscimo à vida do jovem e adulto, se estiverem realmente comprometidos com um objetivo maior que seria sua formação, a aquisição de conhecimentos. (professor G)

Sabemos que os alunos da EJA são, em geral, adultos e pessoas com valores, crenças e pensamentos próprios, já definidos. Para tanto, o professor deve agir sempre de forma a demonstrar o respeito à dignidade de cada pessoa, promover na sala de aula questões que potencializam esse respeito e promover a integração aluno x aluno e aluno x professor. O aluno enxerga a escola da mesma forma que ele percebe o professor.

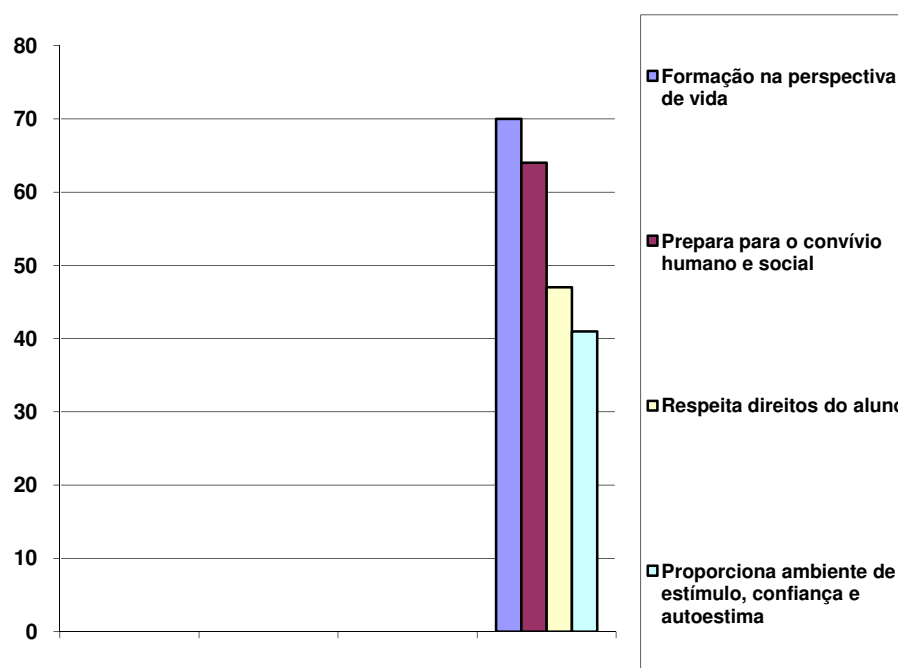
Assim, ele passa a sentir prazer no relacionamento vivenciando na escola e se abre, isto é, torna-se mais receptivo à aprendizagem.

Observando e percebendo um tratamento digno, este passa a ter o mesmo tratamento com professores e alunos. Assim, com o tempo, muito provavelmente, este aluno irá transportar esse sentimento para a sua vida pessoal obtendo assim

um desenvolvimento pessoal mais integral, no sentido da vida, de tornar-se mais feliz. (Professor H)

Na investigação realizada com os alunos do Colégio Estadual Benta Pereira, foi possível constatar que, na opinião deles, conforme seus relatos, a modalidade da EJA pode ser caracterizada como aquela que possui os seguintes aspectos apontados no gráfico 11 abaixo:

GRÁFICO 11 -Caracterização feita sobre a modalidade EJA, a partir dos alunos respondentes



Fonte: A autora.

Na opinião da maioria dos alunos respondentes, a modalidade de EJA promove a formação na perspectiva de vida seguida de outras possibilidades como a de preparar para o convívio humano e social; respeitar direitos do aluno e proporcionar ambiente de estímulo, confiança e autoestima.

De acordo com Chávez (2008, p.11), devemos nos preocupar com os jovens em situação de risco, podendo, por meio da educação, promover seu crescimento integral:

É preciso uma opção renovada, sobretudo em favor dos jovens mais pobres e em situação de risco, individualizando suas situações de insatisfação visível ou oculta, apostando nos recursos positivos de todo jovem, também o mais maltratado pela vida, empenhando-se totalmente em sua educação.

Muitos jovens que se viram obrigados a abandonar os bancos escolares para assumirem postos de trabalho se encontram hoje despreparados e, formalmente, excluídos pela falta das competências exigidas por um mercado complexo e competitivo. Esses jovens e também adultos confiam suas possibilidades de alcançarem os projetos almejados ao se inserirem na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Pode-se, pois, concluir que muitos jovens e adultos buscam no Colégio Estadual Benta Pereira a modalidade de EJA por terem interrompidas suas trajetórias escolares em tempo regular por diversas razões, dentre elas pelo ingresso precoce no mundo do trabalho. Porém, diante de um mercado exigente por conhecimento e formação, depositam suas expectativas de manterem-se no trabalho ou a ele terem acesso por meio da escola. O Colégio Estadual Benta Pereira, dentro de suas possibilidades e limitações de escola pública, busca promover o ensino que promova a aquisição dos conhecimentos requeridos. Na propositura pedagógica em que a modalidade de EJA daquela instituição se pauta, encontram-se incluídos valores humanistas, porém, ainda carece de uma gestão que otimize e alie saberes científicos e humanistas na perspectiva que o mundo atual exige.

No próximo capítulo, apresentamos uma proposta de melhoramento da ação educativa e de gestão educacional à luz da Pedagogia Salesiana. Nessa proposta, busca-se o desenvolvimento pedagógico-metodológico de modo a fortalecer as ações educativas na perspectiva humanista, promovendo oportunidades na formação profissional fundamentada no binômio trabalho e cidadania.

CAPÍTULO IV

PROPOSTA DE MELHORAMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA

À LUZ DA PEDAGOGIA SALESIANA

O Colégio Estadual Benta Pereira é uma instituição pública e laica que segue as determinações e orientações da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, a qual pertence. No estudo realizado, teve-se acesso ao Plano Estadual de Educação do Rio de Janeiro, o qual permitiu verificar que, para além do contexto em que se insere a Educação de Jovens e Adultos (EJA) naquele Estado, a referida proposta destaca apenas que essa modalidade de ensino apenas ofertada em cursos presenciais e supletivos. Em relação aos cursos presenciais, defende que:

[...] são necessárias metodologias e materiais didáticos apropriados à especificidade do atendimento, para que os jovens e adultos tenham acesso a uma formação de qualidade adequada as suas características, interesses e condições de vida e de trabalho (LDBEN, art. 37, parágrafo 1º), podendo, assim, inserir-se com maior criticidade no mundo atual, em que exigências crescentes são uma constatação e um desafio a enfrentar (p. 18)

Sobre o ensino supletivo, na proposta admite-se que,

[...] a EJA carece tanto de uma política que abarque toda a sua abrangência, quanto de ações que rompam com a visão de supletividade que ainda permanece no seu contexto. Para tal, entre outros aspectos, torna-se necessária a criação de espaços específicos para a formação inicial e continuada de professores para essa modalidade de ensino. (p.18)

A proposta de melhoramento da ação educativa que o estudo sugere para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Colégio Estadual Benta Pereira se baseia na análise dos dados coletados na pesquisa, bem como na reflexão a partir das contribuições dos autores que fundamentaram o estudo. Também, a proposta pedagógica do Estado do Rio de Janeiro e os princípios da Pedagogia Salesiana foram somados aos dados levantados com a pesquisa de campo oferecendo fundamentação para a proposta. Trata-se de indicações que respeitam os princípios da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, à qual o Colégio Estadual Benta Pereira está vinculado, porém acrescentando-lhe sugestões de ações, à luz da Pedagogia Salesiana, que não firam o caráter de laicidade da referida instituição de ensino, mas que busquem valorizar o desenvolvimento pedagógico-metodológico robustecendo as

ações educativas na perspectiva humanista e a promoção de oportunidades efetivas de formação profissional alicerçadas no binômio trabalho e cidadania.

4.1. Proposta de ações de melhoramento direcionadas ao aluno

Essa proposta que tem como objetivo tornar o contexto da aula e do trabalho educativo mais adequado ao público ao qual se destina, ou seja, aos jovens e adultos que, ao retornarem à escola, trazem consigo saberes construídos em sua realidade de forma empírica e que não podem ser desconsiderados nem desvalorizados pela ação pedagógica. Atender às atuais exigências da vida social sem, contudo, desvalorizar o humano é um dos grandes desafios que a EJA enfrenta, dado que o mercado de trabalho é cada vez mais exigente e os saberes mais complexos.

- **Desenvolver metodologias que valorizem o educando.** Para isso, destaca-se a preocupação com a seleção da metodologia que valorize o ser dos educandos de modo a se atingir o objetivo de formar cidadãos com os saberes necessários para inserir-se na sociedade de forma efetiva e ética, com melhores perspectivas de qualidade social de vida. O fazer pedagógico deve, também, resgatar a autoestima dos jovens e adultos, valorizando os conhecimentos que estes já construíram em suas vivências e nas suas relações na cultura de que se originam, bem como, sua criticidade, criatividade e autonomia, por meio do estímulo à reflexão.

Diante da Pedagogia Salesiana, essa preocupação está presente no princípio da pessoa humana: pedagogia personalista e humanista, que propõe uma ação educativa que ressalta a importância do ser pessoa, suas diferenças e sua totalidade, de modo que, o educador respeite esse jovem e adulto em suas necessidades; possibilitando, assim, seu crescimento enquanto cidadão, desenvolvendo a construção do ser, sua autonomia, autoestima, bem como suas potencialidades.

- **Incentivar a participação dos estudantes por meio de ensino significativo.** Sob esta ótica é importante atentar para a relação a ser estabelecida entre professores e alunos. Os professores devem exercer o papel de mediadores e incentivadores, de modo a favorecer o amplo desenvolvimento do processo de construção do conhecimento, de valores e atitudes que promovam sua autonomia para o pleno exercício da cidadania, por meio da crítica e da compreensão do mundo no qual está inserido. Para tanto, cabe ampliar a construção dos

conhecimentos, oportunizando espaços de discussão e reflexões para além da sala de aula, tais como: foros com relatos e debates sobre as experiências vividas pelos estudantes. Devem-se utilizar de recursos como autobiografias, textos, filmes e entre outros. Essa relação exige considerar os estudantes como pessoas que objetivam sua própria vida, e possuem expectativas que se confundem com a própria esperança de mudança da qualidade desta. Também deve se basear no respeito, precisa estar cunhada de um fazer pedagógico cuja metodologia se baseie no diálogo permanente entre os saberes construídos nos diferentes espaços nos quais transitam em seu meio cultural. A diversidade precisa ser respeitada sob pena de que a ação seja de exclusão. Para atingir tal objetivo, propõe-se discussão entre coordenadores pedagógicos e de EJA e o corpo docente a respeito de uma metodologia que se aproxime do eixo integrador em que as diferentes ciências passem a fazer parte do saber a ser construído de forma integrada e com sentido para os estudantes.

Essa preocupação encontra reflexos nos princípios: (i) da centralidade na relação/interação em que a ação educativa, a presença dos educadores, de forma animadora e amorosa, estimula os estudantes ao crescimento cultural, moral comprometido com a realidade humana; (ii) pela via da racionalidade em que a presença do educador com sua atitude conduz o estudante a dar resposta racional aos desafios, e promove o crescimento e amadurecimento, proporcionando-lhes a oportunidade de serem protagonistas de sua própria transformação. Desse modo, o educador desenvolve condições básicas para a construção do “saber”, do “saber-fazer”, do “saber-ser” e do “saber conviver”.

- **Formar cidadãos trabalhadores críticos e reflexivos capazes de compreenderem as relações no trabalho.** Preparar para o trabalho exige não apenas a transmissão de conhecimentos específicos, mas, deve ensinar uma profunda reflexão sobre o mesmo, a ciência e a vida humana. Pensá-lo, como aqui se propõe, exige que espaços de formação sejam revistos, as propostas pedagógicas reelaboradas, professores capacitados permanentemente e que os materiais didáticos sejam construídos na perspectiva integradora da ação humana que envolve considerar o próprio homem e suas relações. A separação que comumente se verifica entre saberes da formação geral e os da formação profissional dificultam o enfrentamento da realidade em veloz mutação, própria dos tempos da cibernética. Propõe-se que a instituição em questão busque os mecanismos necessários à oferta de formação para o trabalho que articule o ser do homem, sua relação com o mundo e as competências que lhes são exigidas.

Para atender a esse apelo, a opção deve ser por metodologias que permitam, entre outras coisas, o constante pensar o trabalho como princípio educativo em que o tema trabalho deva ocupar a centralidade das discussões e da ação educativa de modo a dar significado à formação dos estudantes. Nessa perspectiva, o que se busca é promover uma visão de trabalho que não esteja confinada ao fazer laboral e, sim, pensar a atividade do trabalho em todos os seus sentidos: o fortalecimento da pesquisa; o permanente debate sobre os avanços científicos e tecnológicos e a prática.

Por meio da Pedagogia Salesiana pode-se enriquecer as ações educativas inspirando-se no princípio da valorização e do protagonismo juvenil em que o educador assume o compromisso de conduzir o educando à descoberta de si mesmo na sociedade a qual pertence, à valorização do potencial do jovem e adulto de modo que possam realizar seu projeto de vida por meio de escolhas e decisões conscientes, tornando-os participativos e protagonista de suas tomadas de decisões.

• **Promoção de oportunidades efetivas de formação profissional, por meio de parcerias com instituições de formação profissional da rede pública, nas áreas em que a comunidade demanda de acordo com o desenvolvimento local e regional. Pode-se, hoje, citar como exemplo, a área da construção civil, da eletricidade e de serviços, procurando alicerçar a formação do jovem e adulto no binômio trabalho e cidadania.** Outro aspecto que precisa ser considerado, quando se propõem ações de melhoramento, se refere ao aspecto de valorização da preparação técnico-profissional na rede pública estadual de ensino. Nesse ponto, tem-se uma grande dificuldade já que, com raras exceções, essas escolas não oferecem esse tipo de formação. A formação profissional no Brasil, em seus primórdios, teve caráter assistencialista já que se dirigia aos menores filhos dos operários que, abandonados à própria sorte e à ociosidade, estavam sujeitos aos vícios e a marginalidade. À medida que o desenvolvimento da indústria avançou, houve a necessidade de formação de mão-de-obra que ficou fortemente centralizada em escolas públicas federais e estaduais de formação para o trabalho. Os estados e municípios, com raras exceções, investiram mais maciçamente na formação geral. As legislações da educação apontaram para a União e os estados o compromisso com o ensino médio, enquanto que aos municípios caberia o ensino fundamental. A formação profissional manteve-se prioritariamente na rede federal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 5692/71 estabeleceu a preparação para o trabalho. Nesse período, houve uma tentativa de ampliar a oferta de cursos

profissionais; no entanto, os investimentos para essa oferta não aconteceram de modo suficiente o que inviabilizou para essas escolas criarem cursos com qualidade requerida para a formação profissional. Não havia infraestrutura, recursos, nem professores qualificados. Ao contrário, mesmo a educação geral passou por forte sucateamento, o que comprometeu a qualidade do ensino com reflexos presentes até os dias de hoje.

A educação geral é importante para a formação do homem e para sua inclusão no trabalho; no entanto, há uma crescente demanda, na região, por profissionais que tenham também qualificação para atuarem na área tecnológica, tal demanda ainda não encontrou resposta dado que a oferta por essa formação ainda não permite o acesso de todos. Há, portanto, carência de profissionais preparados para o mundo do trabalho. As oportunidades de acesso aos cursos profissionais, especialmente na área tecnológica, têm sido bastante concorridas, já que as vagas existentes são muito restritas, obrigando a processos extremamente seletivos. Observa-se, hoje, crescimento rápido de escolas que oferecem cursos profissionais na rede privada, para onde vão os trabalhadores que não encontram nas instituições gratuitas espaço para sua formação.

Diante desse cenário, o que se propõe é que o Colégio Estadual Benta Pereira busque parcerias com instituições que ofereçam formação profissional nas áreas requisitadas pelo mercado de trabalho de modo que os jovens e adultos tenham garantido o seu direito à formação profissional de qualidade integrada à modalidade EJA.

A formação profissional que garante a permanência do jovem e adulto no trabalho deve, por sua vez, incluir profunda reflexão sobre a relação homem\trabalho, no sentido de que os estudantes jovens e adultos compreendam que essa relação não pode ser pautada no pensamento com viés imediatista trabalho-emprego e, sim, na transformação do meio e da própria vida social através de sua ação produtiva consciente. A ideia de politecnia¹¹, por exemplo, proposta por Saviani (2007, p.161), permite o desenvolvimento de formação que garanta a constante transformação e não a submissão ao mercado. Segundo ele, a escola deve “propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos”.

Desse modo, a propositura da formação profissional deve incluir o diálogo com instituições reconhecidas na oferta de educação profissional, no sentido de se garantir

¹¹ Para fundamentar sua defesa, Saviani (2007, p.161) define politecnia como “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”.

qualidade na formação e, assim, ampliar as chances de inclusão dos estudantes no mundo do trabalho.

A busca por parceria com instituições públicas de formação profissional exige que se amplie o diálogo entre o Colégio Estadual Benta Pereira, as instituições que oferecem cursos profissionalizantes e o mundo do trabalho de modo a que a oferta esteja pautada num estudo de cenário que aponte para a criação de cursos ou inserção dos estudantes em cursos que promovam o desenvolvimento local e regional. No município de Campos dos Goytacazes tem-se a presença da rede federal de formação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense), com dois *campi*, sendo um deles localizado na mesma área do Colégio Estadual Benta Pereira. Essa instituição tem como missão ampliar mecanismos que favoreçam a oferta de formação profissional. Acredita-se que este pode ser um caminho importante e promissor para a inclusão dos estudantes jovens e adultos na preparação para o trabalho.

Além do IF Fluminense, o diálogo com o poder público e com empresas localizadas na região precisa ser iniciado de modo que o tema trabalho seja exaustivamente debatido em seminários, fóruns e encontros e possibilidades sejam pensadas no sentido da efetivação de ofertas de formação e de oportunidades de trabalho.

O princípio salesiano da valorização da preparação técnico-profissional e da pedagogia do trabalho, pode servir de base na preparação dos jovens e adultos para o mundo do trabalho, oferecendo condições de nele se inserirem. Este princípio tem grande importância já que o trabalho é condição indispensável para o exercício da cidadania e realização do indivíduo como pessoa.

• **Favorecer a inclusão ao trabalho digno dos estudantes jovens e adultos.** O trabalho pedagógico direcionado a jovens e adultos precisa confundir-se com ações de inclusão que promovam o diálogo permanente e indissociável entre semelhanças e diferenças. Pensar uma pedagogia inclusiva para criar nova perspectiva em que se priorize a qualidade da aprendizagem, respondendo à necessidade de cada um dos estudantes de acordo com suas especificidades. Na perspectiva do eixo integrador, é possível trazer para a construção de projetos a participação e o diálogo entre os saberes reificados da ciência e os saberes construídos nas vivências dos estudantes. O produto da inclusão, nessa perspectiva, significa possibilitar que estudantes, independente de suas singularidades, obtenham progressos significativos por meio da elevação da escolaridade e da preparação para o trabalho. Convocar esses estudantes de volta à escola, acender seus desejos de melhoria de vida sem repensar as

estruturas pedagógicas, organizacionais e metodológicas, acirra de modo ainda mais violento a transferência da culpa pelo fracasso a eles comumente imputado.

Podemos destacar nesta proposta o princípio da opção pelo jovem, em especial o mais necessitado – pedagogia juvenil, pois os educadores devem preocupar-se com estes estudantes que necessitam de apoio, dedicação e orientação para que possam inserir-se na sociedade, por isso, devemos encaminhá-los e incentivá-los à formação continuada para seu progresso e permanente preparação para o trabalho. A ação educativa deve ser otimista e confiante, baseando-se sempre no diálogo construtivo, e acreditando nas atitudes e valores potencialmente positivos que os jovens, individualmente, apesar de suas histórias de vida, nem sempre favorecedoras de uma formação de caráter desejável pela sociedade, possam conduzir o empreendimento de ações com vistas à educação dos mesmos.

4.1.1 Especificação da Proposta

A proposta a ser desenvolvida no Colégio Estadual Benta Pereira deverá proporcionar o desenvolvimento integral dos jovens e adultos, a fim de promover seu crescimento e seu amadurecimento dentro das dimensões da visão humanista.

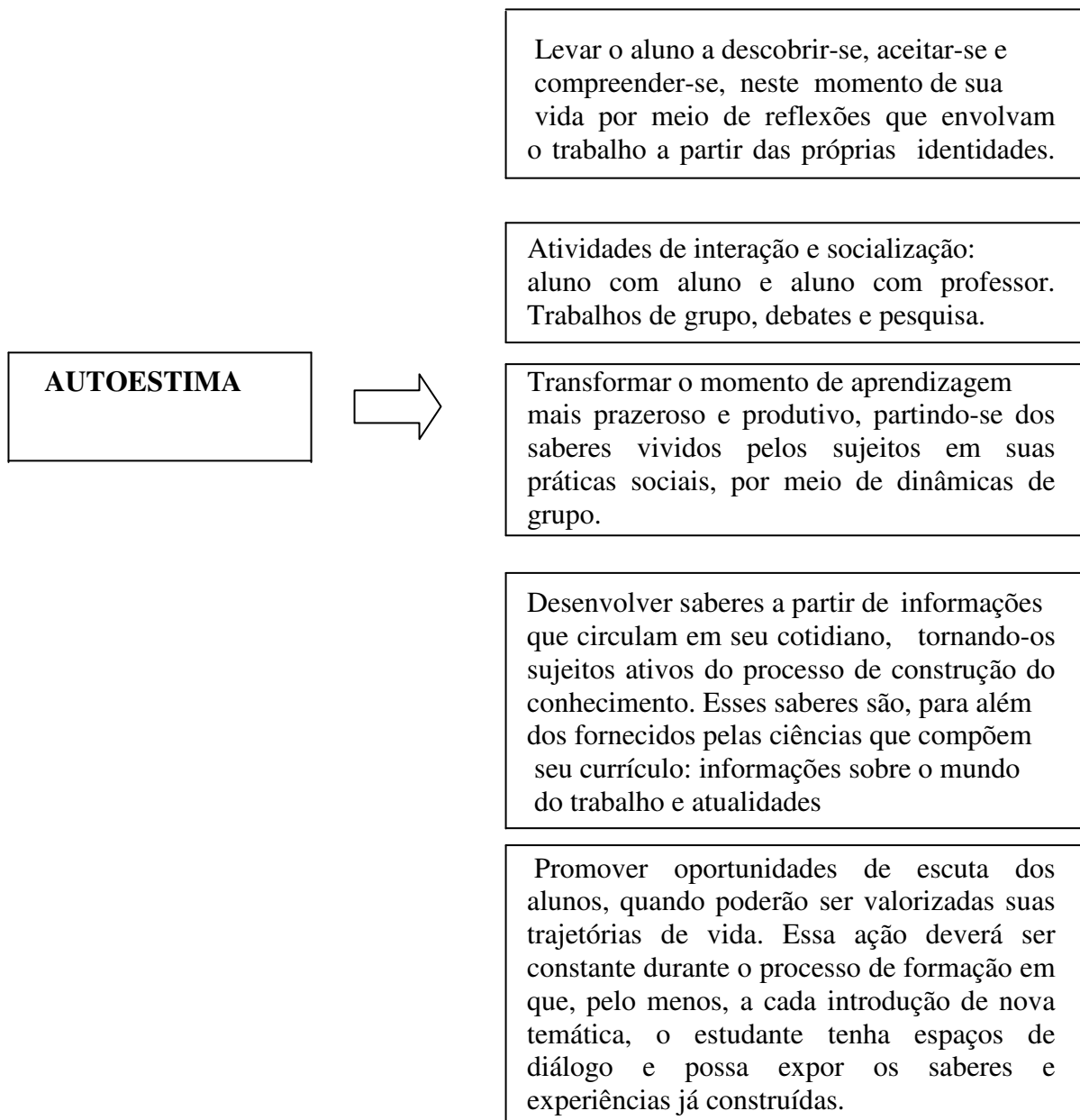
Ao desenvolver as capacidades intelectuais, afetivas e profissionais, que sejam proporcionadas condições de esse aluno de participar da vida em sociedade como cidadão comprometido.

Nessa proposta consideraremos os seguintes pontos:

a. Resgatar a autoestima dos jovens e adultos

Os alunos da EJA pela sua trajetória de vida marcada por insucessos e desfavorecimentos de toda natureza, sentem-se desacreditados diante da sociedade em que vivem e buscam encontrar meios para modificar esta situação. A escola deve estar comprometida com esse público, de modo a criar propostas de atividades que possam amenizar a situação de desesperança e despertar confiança valorizando os aspectos humanistas da formação. Assim, atividades devem ser desenvolvidas no sentido de promover a elevação da autoestima, tais como:

Quadro 3: Propostas de ações para elevação da autoestima dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos do Colégio Estadual Benta Pereira.



Fonte: a autora

b. Ações de inclusão que promovam o diálogo

Trazer para a escola e para a sala de aula movimentos juvenis como música, ritmos, danças entre outras manifestações culturais próprias dos meios sociais de origem dos estudantes e, por meio dessas manifestações, valorizar e dialogar com outros saberes que circulam na sociedade.

Utilização das tecnologias, especialmente das redes sociais franqueadas pela internet por onde o diálogo, a partir da pertença, leve-os à reflexão sobre si próprios e sua relação com o mundo.

c. Formação profissional que garanta a permanência do jovem e adulto no trabalho.

A formação que garanta a permanência dos jovens e adultos no trabalho precisa buscar a sintonia com a realidade dessa atividade e incluir profunda reflexão sobre a relação homem/trabalho. Para isso, é necessário que os conteúdos desenvolvidos tenham sentido e estejam vinculados com os objetivos dessa formação. O que se propõe, portanto, é a revisão das matrizes curriculares, conduzindo à propositura de novo olhar que contemple o contexto do trabalho e da cidadania.

Outra ação importante, neste sentido, é estreitar relações com o mundo do trabalho a partir de parcerias, convites e participação em seminários e palestras com diferentes setores da atividade do trabalho e instituições da comunidade tais como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense); Sindicatos; Organizações Não Governamentais que desenvolvem ações voltadas para a formação para o trabalho, dentre outras.

Promover diálogo com o mundo produtivo por meio de participação em seminários, feiras e visitas às empresas da região, além de desenvolver leitura de mundo, por meio de desenvolvimento de hipertextos que conduzam à reflexão e maior informação sobre o mundo do trabalho: seu movimento e relações.

Inclusão no currículo e na matriz curricular de espaços para o debate e circulação de informações sobre as demandas do mundo do trabalho local e regional.

Valorizar discussões que pontuem fortemente as questões sobre a ética, a saúde, o meio ambiente e a segurança no trabalho. Incluir no currículo estudos sobre educação ambiental que promovam reflexão sobre sustentabilidade e valorização da vida.

Quadro 4. Demonstrativo das Propostas de Melhoramento para os alunos:

FICHA PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS: ALUNOS

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégia	Atividades	Local	Período	Responsabilidade
1. Formar cidadãos com saberes necessários à inserção ética na vida social e melhor qualidade social de vida.	1. Desenvolver metodologias que valorizem o educando.	1. Propositura de metodologias de ensino com a participação dos professores da EJA. Discussão sobre o trabalho a partir de eixos integradores. Apresentação de experiências exitosas.	1. Reuniões de trabalho e visita técnica para conhecer experiências de sucesso.	1. Espaços educativos - sala de aula e laboratórios	1. Início do ano letivo de 2012	Coordenadora pedagógica da EJA e professores. Recursos: Textos que tratam do tema; data show; transporte para as visitas.
2. Priorizar a qualidade da aprendizagem considerando as especificidades dos estudantes jovens e adultos.	2. Incentivar a participação dos estudantes por meio de ensino significativo.	2. Pensar uma pedagogia inclusiva por meio de atividades que partam dos relatos de experiências dos estudantes.	2. Introdução das temáticas a serem desenvolvidas no curso a partir de relatos e debates sobre as experiências vividas pelos estudantes.	2. Sala de aula	2. Início de cada bimestre letivo	2. Professor e alunos; Recursos: autobiografias; textos; filmes.
3. Promover a formação integral do trabalhador.	3. Formar cidadãos trabalhadores críticos e reflexivos capazes de compreenderem as relações no trabalho.	3. Promover discussões acerca do mundo do trabalho.	3. Promover palestras e seminários com informações sobre demandas do mundo do trabalho, feiras, visitas técnicas, debates que apontem para o panorama da situação do trabalho local e regional.	3. Sala de aula; auditório; empresas, locais de trabalho de diferentes setores de atividades da comunidade.	3. Período a ser estabelecido nos projetos didáticos	3. Direção da escola; Coordenadores; professores. Recursos: Data show; meios de transporte para visitas.
4. Favorecer a inclusão dos estudantes jovens e adultos por meio da promoção do diálogo intercultural.	4. Elevar a auto-estima dos estudantes jovens e adultos pela valorização de sua cultura	4. Promover atividades culturais que envolvam os movimentos juvenis próprios dos meios sociais de origem dos estudantes.	4. Criação da Semana de Arte e Cultura com a participação de grupos de movimentos juvenis; festival de música, ritmos e danças. Uso de redes sociais franqueadas pela internet.	4. Auditório, quadra de esportes e laboratório de informática.	4. Período a ser estabelecido nos projetos didáticos.	4. Coordenação Pedagógica e Professores da área de código e linguagens e suas tecnologias.

Fonte: a autora

Quadro 5: Critérios para a avaliação das propostas direcionadas aos alunos

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO - Aluno

Objetivo Específico	Estratégia	Atividades	Eficácia	Melhoramento
1.Desenvolver metodologias que valorizem o educando.	1.Propositura de metodologias de ensino com a participação dos professores da EJA. Discussão sobre o trabalho a partir de eixos integradores. Apresentação de experiências exitosas.	1.Reuniões de trabalho e visita técnica para conhecer experiências de sucesso.	1. Participação dos professores.	1. Promover maior participação dos professores;
2.Incentivar a participação dos estudantes por meio de ensino significativo.	2.Pensar uma pedagogia inclusiva por meio de atividades que partam dos relatos de experiências dos estudantes	2.Introdução das temáticas a serem desenvolvidas no curso a partir de relatos e debates sobre as experiências vividas pelos estudantes	2. Participação dos estudantes	2. Ampliar a participação dos estudantes;
3.Formar cidadãos trabalhadores críticos e reflexivos capazes de compreenderem as relações no trabalho.	3.Promover discussões acerca do mundo do trabalho.	3.Promover palestras e seminários com informações sobre demandas do mundo do trabalho, feiras, visitas técnicas, debates que apontem para o panorama da situação do trabalho local e regional. Orientar a elaboração de relatório	3. Realização de, pelo menos, dois eventos de informação sobre o mundo do trabalho.	3. Participação dos estudantes em , pelo menos, um evento;
4.Elevar a auto-estima dos estudantes jovens e adultos pela valorização de sua cultura	4. Promover atividades culturais que envolvam os movimentos juvenis próprios dos meios sociais de origem dos estudantes.	4. Criação da Semana de Arte e Cultura com a participação de grupos de movimentos juvenis; festival de música, ritmos e danças. Uso de redes sociais franqueadas pela internet.	4. Realização de, pelo menos, um evento cultural por semestre.	4. Participação dos estudantes em , pelo menos, uma das atividades programadas.

Fonte: a autora

4.2. Proposta de ações de melhoramento direcionadas ao professor

Cabe aos gestores (direção e coordenação) promoverem a formação continuada do professor já que esse é um dos pontos essenciais para a preparação e formação do corpo docente, tanto na perspectiva de seu desenvolvimento profissional, quanto pessoal, já que se constatou na pesquisa que 63% não possuem nenhuma preparação para trabalhar com a modalidade de EJA. O educador de jovens e adultos comprometido com a educação deve buscar inovar suas metodologias e abordagens para que promovam o desenvolvimento social e munir-se de conhecimentos científicos e instrumentos teóricos que permitam maior compreensão das especificidades de sua clientela.

- **Promover a formação continuada do corpo docente para o trabalho com estudantes jovens e adultos.** Essa formação continuada dos professores deverá ocorrer ao longo do ano letivo ressaltando as especificidades do grupo, de modo que eles estejam mais preparados para buscar a melhoria da qualidade do processo de construção do conhecimento. As ações podem ser desenvolvidas em parceria com a coordenação pedagógica do próprio Colégio Estadual Benta Pereira, por meio de palestras, seminários, grupos de estudo e troca de experiências com relatos e avaliação do grupo.
- **Desenvolver novos parâmetros metodológicos.** Dentre os aspectos a serem considerados na capacitação dos professores deve-se incluir o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) adequadas à educação no seu fazer pedagógico. Observou-se que a escola detém recursos, tais como: laboratório de informática, laboratórios de Ciências Biológicas, Física e Química, Biblioteca, Sala de Vídeo, data show, dentre outros que permanecem ociosos. O que se propõe, portanto, neste aspecto, é incentivar a utilização dos mesmos, como complemento e ajuda da ação docente em prol de uma maior qualidade do ensino e de um melhor serviço à educação.

O educador de jovens e adultos deve identificar-se com a proposta da EJA, a fim de organizar estratégias diferenciadas que atendam seus alunos e possam motivá-los, com seu espírito inovador e criativo, compromisso ético e político com a dignidade humana, que favoreçam os alunos a participarem das aulas e a relacionarem as atividades escolares com as suas experiências e vivências do cotidiano, de modo a trazerem suas contribuições para a sala de aula. Oferecer condições ao educando de desenvolver a criatividade, o senso crítico, a abertura e flexibilidade, ajuda-os a interpretar a realidade, descobrirem os significados da

experiência pessoal e social, e realizarem ações concretas, para o crescimento de si próprios e da comunidade, desenvolverem a autonomia e resgatarem a autoestima. Para tanto, sugere-se que os estudantes sejam constantemente levados a refletir sobre as informações que recebem no contexto da aula e para além dela nos espaços em que circula. O permanente debate e a escuta do professor são importantes estratégias para a promoção desse intento. Desse modo, prepará-lo para tornar-se presença significativa no seu contexto sócio cultural, ciente de que a construção de um projeto de vida deve ser a tônica da educação para o trabalho e a profissionalização por meio de instrumentos significativos que promovam sua inserção na sociedade moderna.

No que se refere à relação professor-aluno, alguns aspectos são fundamentais para o desenvolvimento e incentivo do estudante jovem e adulto. A pesquisa demonstrou que existe boa integração entre professores e alunos; na opinião dos professores entrevistados, a relação professores-alunos é boa, porém, na fala da professora C, “os contatos são insuficientes para que essa integração seja de maior qualidade”. Nesse ponto, o que se propõe é que se promovam oportunidades em que o professor conheça a história pessoal de seus alunos de forma a criar clima de proximidade, reciprocidade, colaboração, interatividade, confiança, capacidade de acolhimento e diálogo. O repensar da matriz curricular, rompendo-se com a disciplinarização para uma proposta que contemple eixos temáticos poderá, gradativamente, incentivar o trabalho interdisciplinar, envolver ação conjunta de professores e alunos num mesmo espaço da aula, interagindo com informações e histórias de vida.

A presença do professor, para além do espaço específico da sala de aula onde está hoje confinada a promoção do desenvolvimento do conhecimento, aproxima esses sujeitos e facilita o diálogo. A relação que se estabelece num contexto que não se restringe à sala de aula naturalmente resultará na melhoria da qualidade da aprendizagem. O que se defende neste momento, é que a relação professor-aluno deve ser motivadora de iniciativas e promotoras do amadurecimento pessoal. É importante destacar que a presença do jovem é bastante intensa na EJA e, estes jovens em processo de desenvolvimento e formação, precisam ser orientados por seus professores. Desse modo, o professor não deve abdicar de seu espaço de inserção na formação do pensamento e dos valores morais e éticos dos estudantes por meio de uma ação pedagógico-metodológica científica e refletida.

Nesse ponto ressaltam-se os princípios que sustentam a Pedagogia Salesiana e que se adequam a esta proposta dentre os quais se destacam: a Pedagogia Humanista, a Pedagogia da presença: metodologia dialógica e preventividade e valorização da preparação técnico-profissional, que demandarão uma atenção dos gestores na revisão das práticas educativas,

reconstrução das propostas político-pedagógicas e na promoção da capacitação dos educadores que atuam nessa modalidade de ensino.

4.2.1 Especificação da Proposta

a. Inovação em suas metodologias e usos de material didático

Fundamentado nos pressupostos pedagógicos que orientam a ação educativa proposta pela Secretaria Estadual de Ensino do Estado do Rio de Janeiro - SEE/RJ, o que se propõe é buscar desenvolver novos parâmetros metodológicos que subvertam o fazer estático e linear da escola incluindo-se eixos temáticos com temas integradores que incentivem ações interdisciplinares.

Utilizar materiais didáticos que se adéquem às novas propostas de ensino e ao tempo dos estudantes. As tecnologias da Informação e Comunicação – TIC têm hoje papel importante no processo de construção de saberes já que, dentre outras coisas, permitem ao aluno, de modo interativo, interpenetrar o mundo. Por isso precisam fazer parte do fazer pedagógico.

Na construção do saber deve-se levar em conta, também, o conhecimento e a vivência dos alunos, que os associe aos conteúdos universais e estabeleçam-se um diálogo com suas práticas. Importante, ainda, buscar desenvolver uma reflexão crítica da realidade que situe o aluno na sua relação com o mundo, de modo a promover a mediação entre os saberes por ele produzidos em seu cotidiano favorecendo a transformação por meio de uma ação educativa vinculada aos aspectos históricos e sociais.

b. Capacitação e formação continuada do professor

Formação continuada e formação em serviço por meio do incentivo ao ingresso dos professores em cursos de pós-graduação, participação em congressos, seminários, oficinas e fóruns sobre a EJA. Essa formação deve garantir a aquisição de conhecimentos teórico e metodológico os quais venham facilitar a atuação pedagógica na EJA. Abrir na própria escola espaços dirigidos de debates e reflexões sobre as práticas educativas desenvolvidas na EJA. Oferta de cursos por meio de parcerias com a SEE/RJ, instituições de Ensino Superiores da rede pública e privada, organizações não governamentais e empresas públicas e privadas.

Quadro 6: Demonstrativo das propostas de Melhoramento para o professor:

FICHA PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA: Professor

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégia	Atividades	Local	Período	Responsabilidade
1.Promover a melhoria da qualidade da ação educativa do professor	1.Capacitar o corpo docente para o trabalho com estudantes jovens e adultos.	1.Promover a formação continuada e a formação em serviço do professor	1.Cursos, mini-cursos, oficinas, palestras, seminários, participação em congressos, fóruns e encontros especialmente nos debates sobre a EJA.	1.Espaços educativos, Instituições de Ensino Superior e EAD	1.Ao longo do ano letivo	1.SEE/RJ, Direção Escolar e Coordenação Pedagógica.
2.Promover a melhoria da qualidade da ação educativa do professor.	2.Desenvolver novos parâmetros metodológicos.	2.Incentivar a participação em cursos, mini-cursos e reuniões de trabalho. Elaboração de material didático.	2.Propor o uso das TIC, trabalho a partir de eixos integradores, valorização das experiências vividas dos estudantes, uso de laboratórios.	2.Salas de aula, salas de multimídia e laboratórios.	2.Ao longo do ano letivo	2.Gestores e professores

Fonte: a autora

Quadro 7: Critérios para a avaliação das propostas direcionadas ao professor

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO – Professor

Objetivo específico	Estratégia	Atividade	Eficácia	Melhoramento
1.Capacitar o corpo docente para o trabalho com estudantes jovens e adultos.	1.Promover a formação continuada e a formação em serviço do professor	1. Cursos, mini-cursos, oficinas, palestras, seminários, participação em congressos, fóruns e encontros especialmente nos debates sobre a EJA.	1. Participação dos professores em pelo menos um evento de capacitação ou reciclagem	1. Maior participação dos professores, índice acima de 50%.
2.Desenvolver novos parâmetros metodológicos.	2. Incentivar a participação em cursos, mini-cursos e reuniões de trabalho. Elaboração de material didático.	2.Propor o uso das TIC, trabalho a partir de eixos integradores, valorização das experiências vividas dos estudantes, uso de laboratórios.	2.Desenvolvimento de atividade metodológica que tornem a aprendizagem significativa e atendam às especificidades dos estudantes da EJA.	2. Alteração das práticas educativas do professor.

Fonte: a autora

4.3. Proposta de ações de melhoramento direcionadas à gestão

Não apenas a relação que se estabelece entre professores e alunos precisa ser valorizada, mas também, todo o ambiente escolar. Este estar na escola e reconhecer seu papel e trabalho no sentido de valorizar e emancipar pessoas é de primordial importância para a formação dos estudantes, por isso deve ser um lugar privilegiado de promoção integral do homem. Criar um ambiente sócioeducativo favorável e compatível com as especificidades dos alunos jovens e adultos, de modo a proporcionar o crescimento e amadurecimento de cada um em todas as suas dimensões. Este espaço deve ser aquele em que o estudante não seja infantilizado e seus saberes valorizados no processo formativo. Envolve, ainda, descobrir e potencializar as capacidades físicas, intelectuais e afetivas, aceitando-os com suas histórias, qualidades e limitações. Fazê-lo descobrir o seu próprio projeto de vida como meio de sua autorrealização na sociedade, que inclua o agir ético e responsável é o papel que se impõe.

A gestão que se defende é, portanto, uma gestão atuante na elaboração de princípios e de estratégias, estabelecendo formas e momentos criativos para a aprendizagem. Buscar oferecer educação profissional seja por meio de conquista de recursos junto à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, seja por meio de parcerias com instituições que promovam uma profissionalização integrada à modalidade EJA. É o estar junto, par e passo com as expectativas e esperanças daqueles que as depositam na escola e a valorizam como o lugar físico e social que possibilitará seu desenvolvimento humano, econômico e social.

Nesse último aspecto convida-se para atenção especial sobre o modelo de gestão pedagógico que precisa ser adotado, qual seja: um modelo democrático que envolva a participação dos sujeitos sem, no entanto, cair no assembleísmo inoperante. O dado da pesquisa apontou para o fato de que a proposta pedagógica em uso pelo colégio não parte de elaboração e discussão coletiva de seus sujeitos, e sim, de modelo pré-estabelecido e imposto pela Secretaria de Estado de Educação. Para este dado, recomenda-se, que a proposta pedagógica possa se tornar conhecida e discutida no interior da instituição de modo a se pensar, participativamente, nos caminhos alternativos tais como busca de parcerias, adoção de fóruns de professores, trabalho com alunos representantes de turma, dentre outros, que são possíveis de serem adotados ou mesmo, que possam ser reconstruídos, com base em estudos da realidade em que se insere a instituição de ensino.

Podemos destacar, neste ponto, os princípios da Pedagogia Salesiana apropriados a esta proposta, tais como: Pedagogia Humanista, Pedagogia da Presença – centralidade na relação e interação, Pedagogia do ambiente, Valorização do protagonismo juvenil, Pedagogia

da Profissionalização – valorização da preparação técnico-profissional, Pedagogia Juvenil – opção pelo jovem, que deverão estar presentes no modelo de gestão que se propõe em que a participação de todos na discussão para a elaboração e realização da proposta pedagógica defendida para esta instituição de ensino, possam melhor atender aos interesses da formação dos estudantes no seu projeto de vida.

- **Promover diálogo e envolvimento com a comunidade educativa** - Constatou-se que parece existir consenso entre gestores, professores e alunos de que a necessidade de revisão é real. Tendo em vista que estes caminhos só poderão ser construídos coletivamente, o que neste momento se pode sugerir é que se promovam reuniões entre os sujeitos da escola (direção, coordenação, profissionais da educação, estudantes e agentes da comunidade interessados) para avaliação, discussão e proposição de caminhos. Esses novos caminhos poderão ser, por exemplo, a reformulação de matrizes curriculares, criação e/ou reformulação de cursos, etc. dado que as instituições públicas não percorrem o caminho da formação profissional, torna-se urgente buscar dialogar com Instituições públicas e privadas de formação profissional, de modo a estabelecer parcerias para cursos de qualificação profissional para os educandos.
- **Desenvolver parcerias com instituições públicas e privadas para cursos de qualificação profissional** - Participar de programas de governo que incentivem formação profissional como é o caso dos Cursos do Programa Nacional de Integração da formação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Formação Inicial e Continuada (PROEJA-FIC)¹² para trabalhadores do Ministério de Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

4.3.1 Especificação da Proposta

- Priorizar a qualidade do ensino, promovendo um diálogo com os profissionais da educação e alunos, para que juntos assumam com maior compromisso a educação de jovens e adultos. As propostas discutidas devem, de fato, estar comprometidas com a construção de uma educação para todos e integrada ao mundo do trabalho.

¹² São cursos construídos em parceria entre escolas públicas de diferentes redes com instituições de formação profissional da rede federal para ministrar em conjunto cursos de formação profissional integrado.

- Promover formação e capacitação para professores para dar-lhes embasamento pedagógico para lidar com as situações do cotidiano educacional da Educação de Jovens e adultos.

Quadro 8: Demonstrativo das Propostas de Melhoramento que envolve a gestão:

FICHA PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA: Gestão

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégia	Atividades	Local	Período	Responsabilidade
1.Promover diálogo e envolvimento com a comunidade educativa	1. Promover a participação dos sujeitos da escola, na busca de novos caminhos para uma proposta pedagógica para EJA, voltada para o mundo do trabalho.	1.Discutir com a comunidade educativa reformulação de matrizes curriculares, criação e/ou reformulação de cursos.	1.Reuniões com a comunidade educativa par reformulação de matrizes curriculares. 3. Debates com os alunos da EJA sobre novos cursos.	Auditório da escola	1.Ao longo do ano letivo	Direção da Escola, coordenação, profissionais da educação, estudantes e agentes da comunidade.
2. Promover a melhoria da qualidade de ensino da instituição, com compromisso com a EJA integrada ao mundo do trabalho.	1. Desenvolver parcerias com instituições públicas e privadas para cursos de qualificação profissional. 2. Participar de programas do governo que incentivem a formação profissional. 3. Capacitar o corpo docente para o trabalho com EJA.	1.Buscar parcerias com instituições públicas e privadas para oferta de cursos de qualificação profissional para os alunos da EJA. 2. Incentivar a formação profissional através de programas do governo 3. Elaborar a grade curricular integrada ao mundo do trabalho, que atenda os alunos da EJA 4.Promover a formação e capacitação para professores. 4. Proporcionar a formação continuada do professor e capacitação para o uso das TIC no fazer pedagógico.	1. Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas,com oferta de cursos de qualificação profissional. 1. Propor curso integrado da formação profissional com educação básica para EJA. 3. Curso de capacitação para os professores	1. Empresas, locais de trabalho no espaço escolar. 2.Laboratórios	1.Ao longo do ano letivo	Direção da Escola (diretor e coordenadores), Corpo docente e Comunidade da escola.

Fonte: a autora

Quadro 9: Critérios para a avaliação das propostas direcionadas à gestão

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO – ORGANIZAÇÃO (gestão)

Instancia organizativa	Perfil	Papeis e Funções	Eficácia	Melhoramento
Direção da Escola, coordenação, profissionais da educação, estudantes e agentes da comunidade.	Democrático e Inovador	O papel dos gestores é: Promover o permanente diálogo na comunidade educativa. Buscar parcerias com instituições públicas e privadas para cursos de qualificação profissional. Participar de programas do governo que incentivem a formação profissional. Estreitar as relações que visem a integração entre os saberes da formação geral com os saberes exigidos pelo mundo do trabalho com o compromisso de atender às especificidades da EJA Promover a formação e capacitação para professores.	1.Efetivar parceria com pelo menos uma Instituição pública ou privada para cursos de qualificação profissional. 2.Participar de programa de governo direcionados à formação profissional 3.Quantitativo de pelo menos 70% dos alunos em fase de conclusão do curso. 4.Estudo de egressos a fim de verificar sua inserção no trabalho. 5.Promover capacitação para os professores que atuam na EJA.	1. Participação de 60% da comunidade educativa nas decisões. 2. Envolvimento com programas e instituições para qualificação profissional 3. Avaliar o desempenho dos professores quanto à qualidade do ensino. 4.Reduzir o índice de evasão dos estudantes.

Fonte: a autora

Diante das propostas apresentadas para melhoramento da ação educativa para o Colégio Estadual Benta Pereira, acredita-se estar contribuindo para o desenvolvimento moral, intelectual e humano dos estudantes jovens e adultos, pela promoção da dignidade de ser pessoa; buscando-se, assim, a construção de sua cidadania honesta e ativa. A permanente participação de toda comunidade educativa: estudantes, professores e gestores nas discussões das propostas, no desenvolvimento e constante avaliação é que garantirão o sucesso das propostas e a formação integral do homem.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação como direito negado aos jovens e adultos por décadas produziu o expressivo contingente de analfabetos, hoje, de acordo com os dados do PNAD, apresentados neste estudo chega ao patamar de 9,5% da população brasileira em situação de analfabetismo funcional. No cenário já aqui demonstrado, verifica-se que uma parte daqueles que não tiveram acesso à formação também estão excluídos do trabalho uma vez que este, cada vez mais exigente, fecha-se para aqueles que não possuem a formação requerida.

Diante de tal situação, muitos são os jovens e adultos que, ao retornarem à escola, esperam adquirir a qualificação que lhes permita ingressarem no mundo do trabalho. Essa escola, no entanto, precisa prepará-los com qualidade incluindo em sua ação, a atenção com a formação do homem integral. Os princípios da Pedagogia Salesiana, por sua vez, primam por resgatar os jovens por meio de formação pedagógica que inclua a visão humanista. Essa visão nem sempre se faz presente nas preocupações fundamentais das escolas laicas que, são, no entanto, aquelas que têm o dever, conforme os documentos legais aqui já apontados, de prover ofertas de formação para jovens e adultos.

Deste modo, esse estudo dedicou-se a analisar a experiência educativa dos jovens e adultos do Colégio Estadual Benta Pereira em Campos dos Goytacazes / RJ, Brasil para a elaboração de uma proposta de melhoria de qualidade no âmbito educativo a partir da Pedagogia Salesiana.

Evidenciou-se, na investigação, que os alunos da EJA do Colégio Estadual Benta Pereira, como os demais jovens e adultos brasileiros, buscam esta modalidade de ensino na perspectiva de inclusão social, na maioria das vezes, para concluir etapas de sua escolaridade e buscar melhores ofertas no mundo do trabalho. A pesquisa constatou que dentre seus objetivos, está presente a necessidade de retomarem seus projetos de vida que incluem a continuidade dos estudos, a profissionalização com vistas ao trabalho, bem como recuperar o tempo perdido.

Percebeu-se que a importância da escola na vida desses indivíduos, além de um direito a ser conquistado, está, também, na função de prepará-los para a vida em sociedade. A formação integral e a promoção dos direitos destes jovens e adultos são indispensáveis para a garantia de sua cidadania. O Colégio Estadual Benta Pereira, como instituição pertencente à rede estadual de ensino, segue a proposta pedagógica traçada pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro que, por sua vez, atende aos princípios definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96. De acordo com a análise desse

documento, pode-se constatar que tal proposta pedagógica se caracteriza pela formação na perspectiva humanista cujo objetivo é preparar os estudantes para o convívio humano e social, elevando sua autoestima, confiança e consciência de seus direitos.

A pesquisa apontou, no entanto, que há um número expressivo de educadores que não está preparado para exercerem suas atividades na Educação de Jovens e Adultos, por não terem formação e conhecimentos necessários ao trabalho com esta modalidade de ensino, que possui um público com características e demandas específicas.

A investigação apontou para o fato de que uma das limitações sofridas pelo Colégio Estadual Benta Pereira de alcançar uma ação educativa que se coadune inteiramente com os princípios da Pedagogia Salesiana, apontada neste estudo como a que mais se aproxima do ideal a ser atingido para que jovens e adultos alcancem a formação necessária, é a dificuldade de escolas públicas obterem a autonomia suficiente para definirem em suas propostas pedagógicas e princípios realmente participativos que possibilitem a capacitação de seus educadores e autonomia para criarem cursos de formação profissional com qualidade e reconhecimento da comunidade, especialmente pelo mercado de trabalho.

O estudo propõe, portanto, uma gestão pedagógica participativa que envolva toda comunidade e que se baseie no atendimento aos princípios humanísticos da Pedagogia Salesiana por meio do diálogo e preventividade; capacitação e preparação dos seus docentes, que inclua, por exemplo, a utilização de novas TIC no seu cotidiano pedagógico e propõe, também, que se busquem meios para a oferta de preparação técnico-profissional aos jovens e adultos que buscam esta instituição de ensino, na esperança de sua inclusão, qualidade social de vida e cidadania plena.

Sabe-se dos obstáculos a serem enfrentados na mudança de paradigmas há muito arraigados, inclusive aqueles assistencialistas historicamente presentes na EJA. Compreende-se que a proposta ora apresentada, envolve a necessidade de se promover discussões que envolvam desde como se implantar uma gestão educativa inovadora e autônoma até uma nova atuação de seus sujeitos como aqueles que têm no espaço da escola pública, há muito precarizado, o local que exigirá o engajamento consciente e comprometido de todos: gestores, docentes e discentes.

A consciência de que também estará presente o obstáculo de se incorporar uma proposta que tem por base a Pedagogia Salesiana, já que a instituição em estudo é pública e laica, não esmorece a expectativa de que este estudo possa contribuir para o repensar da formação de jovens e adultos, ao contrário, acredita-se que pela insatisfação revelada na pesquisa por estudantes e por muitos professores entrevistados novos caminhos possam ser

pensados a partir da propositura de se repensar a formação humana e profissional dos jovens e adultos que depositam na escola suas expectativas de vida digna por meio da formação e preparação para o trabalho.

VI. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In *Educação de jovens e adultos*. Inês Barbosa de Oliveira e Jane Paiva (orgs.) - Rio de Janeiro: DP&A, 2004,

ARROYO, Miguel Gonzaléz. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino (Orgs). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. São Paulo. Autêntica Editora, 2005.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Mudança social e mudança educacional. In: _____, *Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BOSCO, João. Carta de S. João Bosco sobre o estado do Oratório. In: *A Pedagogia de Dom Bosco*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1983. Escrita em Roma, aos 10 de maio de 1884

_____. Carta de Roma. 10/05/1884. In: *Constituições e Regulamentos da Sociedade de São Francisco de Sales*. 1987.

BRAIDO, Pietro. “La Prassi di Don Bosco e Il Sistema preventivo, L’Orizzonte Storico In: DICASTERO PER LA FAMIGLIA SALESIANA. *Il Sistema Preventivo verso Il Terzo Milênio*. Roma; Salesianum, 1995.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm [Consulta: 24 agosto 2010].

_____. CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Diretrizes e Bases.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 de dez. de 1996.

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

_____. CONSELHO NACIONAL de EDUCAÇÃO. CÂMARA da EDUCAÇÃO BÁSICA. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). Parecer CEB nº 11 de 10 de maio de 2000- estabelece as Diretrizes curriculares nacionais para educação de jovens e adultos-

_____. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000.

CHÁVEZ V. Pascual. *Eduquemos com o coração de Dom Bosco*. Estréia 2008. Editora Salesiana, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº. 699, de 28 de julho de 1972. *Ensino Supletivo*. Brasília, DF, 1972.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença*. *Cadernos de Pesquisa*, n. 16, julho/2002: 245-262.

_____. Por uma nova Educação de Jovens e Adultos. In: *TV Escola, Salto para o Futuro*. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. Boletim, 20 a 29 de set. 2004. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletns2004/eja/index.htm> [Consulta: 04 setembro 2006].

DELORS, Jacques. Os quatro Pilares da Educação. In: *Educação: Um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, julho de 2010. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf.> [Consulta : setembro de 2010]

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, Especial, Outubro 2005: 1115-1139

DEMO, Pedro. *Educação e conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

EQUIPEDE. *Carta de Princípios das Escolas Salesianas/FMA Brasil*. Lorena: Centro Cultural Teresa D'Ávila, 1998.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO. *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*, 1989. Disponível em: www.cmresende.rj.gov.br/PDF/const_est_rj.pdf [Consulta: 20 novembro 2008].

_____. *Plano Estadual de Educação do Rio De Janeiro*. p. 15 a 18. Disponível em: <http://comte.com.br/wp-content/uploads/2010/08/plano-estadual-de-educacao-do-rio-de-janeiro.pdf> [Consulta: 11 outubro 2010].

_____. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. CAMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *DELIBERAÇÃO CEE Nº 285 de 26 de agosto de 2003*.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: www.educacao.rj.gov.br [Consulta: 11 de outubro de 2010]

FÁVERO. Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In *Educação de jovens e adultos*. Inês Barbosa de Oliveira e Jane Paiva (Orgs.) - Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FISTAROL, P. Orestes Carlinhos. *Sistema Preventivo e os Direitos Humanos*. Brasília, CISBRASIL/CIB, 2009.

FONSECA, Pe. Jairo de Matos. *O Sistema Preventivo de Dom Bosco*. 3. ed.. Belo Horizonte: ISJB – CESAP, 1999.

FRIGOTTO. Gaudêncio. *A Produtividade da Escola improdutiva*. 2ª edição – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Disponível em <www.ibge.gov.br> [Consulta: 25 de setembro 2009].

_____. IBGE – Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> [Consulta: 12 dezembro 2010]

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.14, 2000: 108-130.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino médio profissional: as políticas do Estado neoliberal*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 63).p.30

LINDERMAN, Eduard C. *The meaning of adult education*. USA: [s.n.], 1926. Disponível em: <<http://www.funape.ufpb.br>> [Consulta: 10 julho 2010].

LUDKE Menga, ANDRÉ Marli E. D.A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. 2ª ed. Pedagógica e Universitária LTDA; 1986.

MACHADO, Nilson José. *Cidadania e Educação*. Escrituras Editora, 2002. (Coleções Transversais).

MARANHÃO, Magno Aguiar. *Plano Estadual de Educação do Rio de Janeiro (uma proposta)*. Disponível em: <www.magnomaranhao.pro.br/plano_estadual.pdf> [Consulta: 15 de outubro 2010].

NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida. *Estudo da adequação da formação de técnicas em estruturas navais às expectativas do sistema empresarial*. Dissertação de mestrado Faculdade de Educação. Universidade do Rio de Janeiro, 1977.

OLIVEIRA, Inês Barbosa e PAIVA, Jane (orgs.). *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro. n. 12, dez.,1999: 59-73.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 11º Ed. – Campinas, SP Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, jan/abr. 2007.

SCARAMUSSA, Tarcísio. *O Sistema Preventivo de Dom Bosco: Um Estilo de Educação*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1984.

_____. *O Sistema Preventivo de Dom Bosco. Roteiro de Iniciação*. Belo Horizonte: CESAP, 1993, 1ª Parte, Capítulo III, 2ª Seção, p.5.

_____ e SILVA FILHO, Genésio Zeferino da. *Pedagogia do Amor: O Sistema Preventivo de Dom Bosco*. Disponível em: <http://www.salesianos.com.br/downloads/SubsidioRSE1.pdf> [Consulta: 17 julho 2009]

SOARES, Leôncio José Gomes. *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. *O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método*. Organ. Rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 1, 2005:70-81.

UNESCO. *Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos*. V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos V CONFINTEA. Julho de 1997.

ANEXOS

Anexo 1 – Planilha da Coordenadoria Regional do Norte Fluminense I – Quantitativo de alunos – 2010.

Planilha1

COORDENADORIA REGIONAL DO NORTE FLUMINENSE I										
Quantitativo de alunos de nossa abrangência – 2010										
UNIDADE ESCOLAR CAMPOS DOS GOYTACAZES	1º seg.	2º seg.	EMR	CN	EP	EJA 1º seg.	EJA 2º seg.	EJA EM	TOTAL GERAL P/ ESCOLA	
C.E. ALCEBIANES SCHWARTZ	52	136	92	0	0	0	0	57	65	402
C.E. ALME. BARROSO	0	335	208	0	0	0	0	103		646
C.E. ATILANO CHRYSÓSTOMO DE OLIVEIRA	0	306	108	0	0	0	0	0		414
C.E. BENTA PEREIRA	0	541	341	0	0	0	317	546		1745
C.E. CEL. FRANCISCO RIBEIRO DA MOTTA VASCONCELLOS	100	277	0	0	0	0	0	0		377
C.E. CEL. JOAO BATISTA DE P. BARROSO PA=39	0	872	429	0	0	0	184	322		1807
C.E. CONSTANTINO FERNANDES	0	438	206	0	0	0	0	257		901
C.E. DES. ALVARO FERREIRA PINTO PA=30 EF	77	538	301	0	0	0	216	185		1317
C.E. DOM OTAVIANO DE ALBUQUERQUE	0	539	198	0	0	0	153	230		1120
C.E. DR. BARROS BARRETO	0	203	323	0	0	0	129	126		781
C.E. DR. CESAR TINOCO	90	255	203	0	0	0	282	0		830
C.E. DR. FELIX MIRANDA PA=26 EF	0	802	381	0	0	0	0	375		1558
C.E. DR. JOSE PEREIRA PINTO	0	90	202	0	0	0	0	0		292
C.E. DR. MÁXIMO DE AZEVEDO	0	361	249	0	0	0	0	0		610
C.E. DR. PHILLIPPE UÊBE	0	526	144	0	0	0	0	0		670
C.E. DR. SYLVIO BASTOS TAVARES PA=34 EF	0	334	294	0	0	0	139	274		1041
C.E. DR. THIERS CARDOSO	0	626	425	0	0	0	0	378		1429
C.E. ESTEFÂNIA PEREIRA PINTO	0	71	146	0	0	0	39	0		256
C.E. GENERAL DUTRA	0	521	157	0	0	0	217	264		1159
C.E. JOÃO PESSOA	0	316	423	276	0	0	116	191		1322
C.E. JOSÉ DO PATROCÍNIO PA=16 EF	242	782	290	0	0	0	403	513		2230
C.E. JOSÉ FRANCISCO DE SALLES	138	433	216	0	0	0	179	245		1211
C.E. JULIANO NOGUEIRA	74	243	106	0	0	0	83	107		613
C.E. LEÔNIO PEREIRA GOMES PA=26 EF	0	207	162	0	0	0	84	103		556
C.E. MANOEL PEREIRA GONCALVES	16	103	168	0	0	0	106	148		541

Página 1

Planilha1

C.E. NELSON PEREIRA REBEL	0	619	511	0	0	27	205	261	1623
C.E. NILO FERNANDES PEREIRA PA=35 EM	0	204	120	0	0	0	0	0	324
C.E. NILO PECANHA EPP=93 / EPC=190	0	841	1098	0	283	0	0	434	2656
C.E. NOTIVAL PEDRO MOLL	0	188	0	0	0	0	0	0	188
C.E. PAULO ROBERTO DUARTE DE MENDONÇA	78	146	0	0	0	0	122	81	427
C.E. PROF. HERVAL DE SOUZA TAVARES	0	0	82	0	0	0	0	33	115
C.E. QUINZE DE NOVEMBRO	0	582	339	0	0	0	39	127	1087
C.E. ROTARY II	0	1301	677	0	0	0	0	0	1978
C.E. THEOTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO	0	131	184	0	0	0	0	45	360
C.E. VISCONDE DO RIO BRANCO	0	178	33	0	0	0	1790	205	2206
CES DE CAMPOS DE GOITACAZES	36	862	811	0	0	0	0	0	1709
CIEP BRIZOLÃO 056 CUSTODIO SIQUEIRA	114	78	0	0	0	0	180	255	627
CIEP BRIZOLÃO 057 NILO PECANHA	0	236	93	0	0	99	340	308	1076
CIEP BRIZOLÃO 268 LUIZ CARLOS LACERDA AC=15	118	123	0	0	0	0	0	0	241
CIEP BRIZOLÃO 270 ATAIDE DIAS	369	31	0	0	0	0	0	0	400
CIEP BRIZOLÃO 416 WILSON BATISTA AC¹=21/AC²=20	368	158	0	0	0	101	264	0	891
CIEP BRIZOLÃO 417 JOSE DO PATROCINIO PA=32 EF	0	262	101	0	0	0	0	98	461
CIEP BRIZOLÃO 461 CLOVIS TAVARES	240	127	0	0	0	0	0	0	367
CIEP BRIZOLÃO 462 NAÇÃO GOITACA	227	135	0	0	0	0	0	0	362
CIEP BRIZOLÃO 463 JOAO BORGES BARRETO AC=23	112	192	60	0	0	108	299	162	933
CIEP BRIZOLÃO 466 NINA ARUEIRA	231	77	0	0	0	0	0	0	308
E.E. DR. JOÃO MURILO C. OLIVEIRA	140	238	0	0	0	0	0	0	378
E.E. JOAQUIM ATAYDE	179	223	0	0	0	0	0	0	402
E.E. MANOEL SIMÕES DE REZENDE	39	88	0	0	0	0	0	0	127
E.E. MARIA ISABEL RANGEL DE ARAÚJO	27	154	0	0	0	0	0	0	181
E.E. SUCENA JASBICK ALEXANDRE	164	0	0	0	0	0	0	0	164
LICEU DE HUMANIDADE DE CAMPOS curso de língua estrangeira= 598	0	1050	1263	0	0	0	179	689	3181
TOTAL POR SEGMENTO	3231	18079	11144	276	283	335	6122	7130	46600

Anexo 2 - Roteiro de Entrevista para os Gestores – Direção e Coordenador Pedagógico

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. PÚBLICO ALVO: Gestores (Diretores, Coordenadores, Supervisores)

II. IDENTIFICAÇÃO

2.1. Nome: _____

2.2. Idade _____

2.3. Formação Profissional _____

2.4. Tempo de atuação no magistério _____

2.5. Tempo de atuação na EJA _____

III. QUESTÕES

3.1. Qual o papel da escola na sociedade atual?

3.2. Como a modalidade de ensino para jovens e adultos - EJA - se insere nesse contexto?

3.3. Quanto à proposta pedagógica da educação de jovens e adultos desenvolvida no ensino público estadual:

➤ Que categorias identificam essa proposta?

➤ Atende as expectativas do projeto de vida dos alunos, bem como a formação para o mundo do trabalho?

3.4. Fale sobre a modalidade EJA, em relação:

➤ a respeito à dignidade humana.

➤ à promoção dos jovens e adultos no sentido da vida e no desenvolvimento integral.

➤ à importância da EJA para a vida dos alunos, segundo você percebe.

Anexo 3 - Roteiro de Entrevista para os professores

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. PÚBLICO ALVO: Professores

II. IDENTIFICAÇÃO

- 2.1. Nome: _____
- 2.2. Idade _____
- 2.3. Formação Profissional _____
- 2.4. Tempo de atuação no magistério _____
- 2.5. Tempo de atuação na EJA _____

III. QUESTÕES

3.1. O que você acha de trabalhar com a EJA?

3.2. Qual a sua formação para trabalhar com a modalidade EJA?

3.3. De que maneira a EJA pode contribuir para melhorar a vida do aluno?

3.4. Quanto à proposta pedagógica da educação de jovens e adultos desenvolvida na escola pública estadual que você atua:

➤ Atende as expectativas do projeto de vida dos alunos?

➤ Atende para a formação para o mundo do trabalho?

➤ Como você vê esta proposta?

3.5. Fale sobre a modalidade EJA, em relação:

➤ a respeito à dignidade da pessoa.

➤ à integração professor-aluno.

➤ à promoção do jovem e adulto no sentido da vida e no desenvolvimento integral.

Anexo 4 - Questionário para os alunos da Educação de Jovens e Adultos

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DA EJA

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Idade: _____ anos

Colégio que estuda: _____ Série: _____

II. QUESTÕES

1. Você ficou algum tempo afastado da escola? () Sim () Não

2. Quanto tempo? _____ anos.

3. Por que você voltou a estudar?

4. Quais os motivos pelos quais você se afastou da escola?

5. Por que você escolheu a Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

6. O que o curso oferece ou pode oferecer, consideradas as suas expectativas?

7. O que você pretende fazer ao finalizar o ensino médio?

8. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação?

9. As afirmativas abaixo descrevem o que deve caracterizar o seu curso. Assinale aquelas que você, efetivamente, encontra em sua escola.

- () Respeita os direitos do aluno.
- () Ajuda na formação do aluno em sua perspectiva e vida.
- () Prepara o aluno para o convívio humano e social.
- () A escola proporciona um ambiente de estímulo e confiança, autoestima e solidariedade.